

Alfândega do Porto

Relatório e contas 2020



Índice

Conselho de Administração	
2020 – Um ano muito negativo	5
Diretor Executivo	7
Centro de Congressos da Alfândega do Porto	13
Atividade Museológica e Cultural	19
Recursos Humanos	25
Qualidade	29
Obras e Manutenção	31
Relato financeiro 2020	39
Contas 2020	47
Demonstrações Financeiras	
Relatório de Auditoria	
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	

Conselho de Administração

2020 – Um ano muito negativo

A dinâmica ascendente e de sucesso da Alfândega do Porto, dos anos 2018 e 2019, foi interrompida abruptamente, no início de 2020, pela pandemia COVID-19. Todos os objetivos para 2020 ficaram comprometidos.

Resistimos com base nos resultados muito positivos dos anos anteriores. Gerimos a crise, passo a passo, porque era mais o desconhecido do que aquilo que era certo. Procuramos minimizar os danos colaterais. Mantivemos ativos os recursos humanos, que são fator essencial do que somos e fazemos.

Devemos encarar com serenidade e responsabilidade a realidade. Para a nossa Instituição, o ano de 2020 foi dramático e extremamente negativo. Ninguém poderia prever um cenário pior! Devemos ter em conta que o ano de 2021 está já muito prejudicado.

Em termos de gestão, devemos assumir racional e emocionalmente o sentimento de crise que a pandemia nos provocou. É necessário apostar na criação de uma vontade comum dos associados, dos órgãos dirigentes, dos colaboradores e dos clientes mais fidelizados, para recuperar o que fomos obrigados a perder, fazendo da crise uma oportunidade.

Se na sociedade em geral é preciso acordar da letargia que a pandemia instalou em muitas pessoas, individuais e coletivas, o mesmo se passa com a nossa Instituição. Acordar significa estar preparados para, logo que possível, enfrentar, com determinação, força e confiança o desafio de recuperar o tempo perdido para chegarmos mais longe que antes, para conquistarmos os melhores resultados de sempre.

O desafio que temos pela frente deve ser encarado como o maior de todos.

A mundialização e webização da economia, as instabilidades climáticas resultantes de degradações ambientais, o choque de culturas intercontinentais, as ameaças pandémicas à escala global, são alguns dos fenómenos que devem merecer a nossa atenção para estarmos preparados para resistir e ultrapassar todos os possíveis cenários de dificuldade extrema.

Face a este cenário de crise, estes são alguns dos ensinamentos que devemos tirar da COVID-19, numa lógica de descobrir as oportunidades que podem surgir.

O presente Relatório mostra que resistimos. Evidencia que conseguimos fazer o que as condições adversas permitiram. Se por um lado confirma que, face às circunstâncias reais da pandemia, não atingimos os objetivos assumidos, por outro lado prova que a nossa Instituição está preparada para conquistar o futuro. Por tudo isto, solicito aos órgãos e associados da Alfândega do Porto a sua aprovação.

Porto, 10 de maio de 2021.

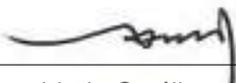
O Conselho de Administração,

Presidente,



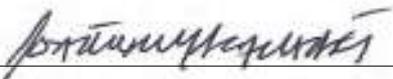
Dr. Mário Ferreira

Vice-Presidente,

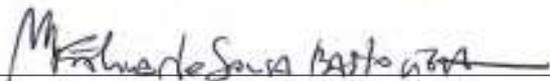


Universidade Católica do Porto,
representada por Prof. Doutor Alberto de Castro

Vogais,



Automóvel Club de Portugal,
representado por João Nuno Magalhães



Universidade do Porto,
representada por Doutora Maria de Fátima Vieira

Diretor Executivo

Após ter resistido a numerosas críticas quanto à sua localização e edificação, enfrentando um complexo processo de construção, cumprindo durante mais de um século os fins para que foi edificada, operada uma revolução urbanística e estética na cidade, e ter sido reabilitada em ordem a receber novas funções, a Alfândega do Porto continua a servir a cidade e o País, constituindo um valiosíssimo património histórico e artístico, mas sendo igualmente preponderante do ponto de vista económico e cultural.

Fernando de Sousa *in* Alfândega do Porto 1869 – 2019

Iniciámos o ano de 2020 com entusiasmo, impelidos pelos excelentes resultados de 2019. Mas chegou a pandemia COVID-19 e tudo se alterou com o confinamento geral e com a paralisação da nossa atividade.

A conclusão do estudo “Impacto Socioeconómico do Complexo Económico-Cultural da Alfândega do Porto”, desenvolvido pela Ernst&Young e assente na análise dos resultados do período 2014-2019, evidenciava, uma vez mais, a relevância e impacto da atividade da Associação na economia nacional e, com base no ciclo virtuoso dos anos mais recentes, perspetivava um futuro seguro e de êxito.

As notícias sobre a expansão do novo coronavírus, a partir da cidade chinesa de Wuhan, começaram a chegar a todo o planeta e os maiores receios impuseram-se a partir de fevereiro, com os primeiros casos de infeção registados em Portugal, e em março, com a necessidade de instituição de medidas de confinamento geral, como modo de travar a disseminação da pandemia e manter as condições necessárias para o Serviço Nacional de Saúde continuar a dar assistência aos contaminados pela COVID-19, bem como restantes doentes.

A partir de 13 de março a pandemia significou um travão a fundo na dinâmica positiva que vivíamos na Alfândega do Porto. Apesar de os objetivos assumidos pela Administração e orientadores da Instituição estarem a ser cumpridos com rigor e êxito, o encerramento de escolas, serviços e indústrias arrastou a economia para resultados desastrosos, aos quais a Alfândega do Porto não ficou imune.

A crise pandémica impôs um adiamento *sine die* dos projetos e da dinâmica de crescimento que então vivíamos.

Poderíamos ter optado por ficar parados, perante a situação de crise instalada, e aguardar pacientemente pelo restabelecer da normalidade. Mas a cultura organizacional da Alfândega do Porto apontou com clareza noutro sentido.

Com apoio da Administração, foram tomadas decisões relativas à proteção da saúde de uma substancial parte dos colaboradores e de manutenção de serviços mínimos, garantidos por uma pequena equipa que se manteve permanentemente em serviço na Alfândega. Esta medida foi um importante contributo para a redução das deslocações e interações pessoais em contexto de trabalho, bem como para a promoção da saúde e segurança dos colaboradores e respetivas famílias.

De modo a garantir a salvaguarda dos direitos dos colaboradores, não se recorreu ao *lay off*, mas antes a outros enquadramentos legais como gozo de férias, teletrabalho e equipas em espelho. Esta decisão, com amplo apoio junto do Conselho de Administração e que muito nos congratulou, apenas foi possível ser levada à prática devido à almofada financeira constituída a partir dos excelentes resultados líquidos dos exercícios de 2018 e 2019 e ao reconhecimento efetivo da importância do desempenho e contributo de todos os colaboradores nos objetivos alcançados nos anos anteriores.

Resultados Líquidos dos Exercícios 2016-2020

2020	-861 403 €
2019	1 091 637 €
2018	1 072 891 €
2017	515 541 €
2016	-68 202 €

A presença continuada de parte da equipa permitiu não só manter canais de comunicação da Alfândega com o exterior (clientes, fornecedores, parceiros), mas também manter o acompanhamento permanente das condições de funcionamento do próprio Edifício.

Tivemos sessões de formação semanais para todos os colaboradores.

Foi, entretanto, delineada uma estratégia de proatividade face às condições adversas impostas pela pandemia e pelo confinamento, dando-se seguimento a algumas ações para preparar a Alfândega para a sua reabertura.

Assim foi que, seguindo todas as medidas indicadas pela Direção-Geral da Saúde, preparámos e implementámos todas as condições de higiene e segurança necessárias para a reabertura ao público do Centro de Congressos e do Museu no dia 1 de junho. O resultado desta ação obteve sucesso e reconhecimento nacional, tendo a Alfândega do Porto sido uma das primeiras instituições portuguesas a ser certificada pela APCER no âmbito do Covid Safe.

Decorrido cerca de um ano sobre essa data, estamos convencidos não apenas da bondade da decisão da Administração em relação à proteção salarial dos colaboradores, como também de que manter a Alfândega em funcionamento foi a atitude correta, que permitiu não baixar os braços, continuando a desenvolver ações que, apesar de tudo, nos permitem ver o ano de 2020 não como um tempo perdido, mas como uma oportunidade de avançar com confiança em diferentes frentes de trabalho.

Elencamos de seguida as principais ações que ilustram esse esforço de manter a Alfândega em funcionamento:

- + Acompanhamento permanente aos clientes do Centro de Congressos (adiamento de eventos, reagendamentos, visitas exploratórias a espaços, esclarecimento de dúvidas);
- + Continuidade dos trabalhos preparatórios para a realização da exposição temporária “A Arte do Falso”, em parceria com a Polícia Judiciária – Diretoria do Norte (inaugurada em 9 de outubro);
- + Ações diversas de manutenção do Edifício (pintura de colunas de ferro, pintura do passadiço do pátio poente, pintura das escadas de emergência do lado poente, colocação de caleiras e tubos de escoamento, reparações elétricas) com recurso aos colaboradores internos. Estas ações permitiram uma considerável poupança de recursos financeiros já que a sua execução por fornecedores externos estava orçada em cerca de 150.000€;
- + Implementação das medidas que permitiram a certificação Covid Safe pela APCER (certificação em junho e renovação em dezembro);

- + Desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa arqueológica no subsolo do parque poente para instalação de contentores Molok para separação de lixos, de modo a dar cumprimento a requisitos de gestão ambiental sustentável;
- + Realização de eventos com total garantia de condições de higiene e segurança, tendo-se conseguido manter importantes realizações periódicas como Modtíssimo, Portugal Fashion, Feira do Automóvel Elétrico e Híbrido, entre outras;
- + Início dos trabalhos de restauro e valorização do guindaste DEMAG (Girafa) em outubro;
- + Obras de consolidação e recuperação do rés do chão do Edifício do pátio nascente;
- + Reforço da comunicação *on-line*, com atualização permanente de publicações nos sites do Museu e do Centro de Congressos;
- + Realização e publicação de vídeos no canal Youtube do Museu, com leitura de contos e divulgação de histórias e de coleções museológicas ao público em geral, bem como para partilha com as equipas educativas das pediatrias do IPO, Hospital S. João e CMIN, de modo a manter uma ligação virtual com parceiros e possíveis visitantes;
- + Adesão da AMTC à Carta de Princípios do BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, a qual estabelece os princípios que constituem as linhas orientadoras para uma boa gestão empresarial;
- + Renovação da Certificação da AMTC pela ISO 9001:2015, com inclusão do Museu em dezembro.

Desta estratégia e do esforço por todos desenvolvido resultou o reforço do espírito de equipa e a vontade em continuar a trabalhar ativamente para uma cada vez maior qualificação e comunicação da marca Alfândega do Porto.

Hoje, passado cerca de um ano, e fruto do novo Estado de Emergência e das sucessivas medidas de confinamento que voltaram a ditar o encerramento da Alfândega ao público, voltamos a sentir em pleno a complexidade física e psicossocial de viver em tempos de pandemia, o que confina mentalmente muitos de nós. A pressão mediática e o real perigo da doença, com os seus mortos, hospitalizados e infetados, dificultam a normalidade das nossas vidas e o funcionamento da nossa Instituição.

O exemplo do ano de 2020 serve-nos de inspiração pelo que, mesmo face às circunstâncias e dificuldades colocadas pelo novo confinamento, levaremos à prática estratégias similares, procurando novas oportunidades de intervenção e novas ações em prole da alavancagem da marca Alfândega do Porto, continuando a sonhar em conjunto, continuando a resistir para irmos mais além.

As crises trazem o risco de definhamento, retrocesso, falência e morte. Mas, simultaneamente, são oportunidades de novas vidas, melhores projetos e grandes êxitos. O que fizemos em 2020 foi optar por esta segunda dimensão das crises.

Afinal de contas, a história da Alfândega, como refere Fernando de Sousa no livro “Alfândega do Porto 1869-2019”, tem sido uma história de resistência e de permanente luta contra as mais diversas dificuldades.

Pela Alfândega, continuaremos a resistir e a lutar por um futuro melhor!

O Diretor Executivo,



António Alberto Gouveia Santos

Centro de Congressos da Alfândega do Porto

Eventos realizados e número de participantes

Em 2020, o Centro de Congressos da Alfândega do Porto acolheu 76 eventos, evidenciando um decréscimo de 59% comparativamente com os 185 realizados no ano anterior.

O ano de 2020 teve a visita de 107.000 pessoas, por comparação com os 280.000 participantes de 2019, verificando-se, assim, uma quebra de cerca de 62%.



Receitas do Centro de Congressos – cedência de espaços

As receitas originadas pela cedência de espaços totalizaram um valor de 510.129 €.

Para uma compreensão mais abrangente do desempenho do Centro de Congressos na cedência dos espaços para eventos, salientamos o seguinte gráfico, que relata a evolução de valores ao longo dos últimos 17 anos.

Cedência de espaços 2004 – 2020



Eventos em destaque

De entre os 76 eventos realizados ao longo do ano, destacamos os seguintes:

- + Cities Forum 2020
- + Evento L’Oreal
- + Congresso de Dermatologia
- + Jantar dos Prémios da Revista de Vinhos
- + CleantekShow
- + Pitch Bootcamp FAP
- + Roadshow Pikolin
- + Evento Corporativo Amorim Cork
- + Exposição de Camélias do Porto
- + Portugal Fashion (2 edições)
- + Entrega do Prémio AMP Empreendedor
- + Cerimónia Assinaturas | Programa Ambiente EEAGRANTS
- + Cerimónia de Imposição Insígnias ICBAS
- + Conferência - Ação Climática
- + Feira Mobiliário da AEPF
- + Modtíssimo
- + Entrega Prémios Norte Digital
- + Salão do Automóvel Híbrido e Elétrico
- + Exames para a Ordem dos Advogados
- + Evento Unilabs
- + Filmagens Hyundai
- + Tomada Posse Federação Académica do Porto
- + Exposição Henri Cartier Bresson
- + Exposição Porto Legends
- + Exposição da LEGO – A maior da europa
- + Evento Conselho Regional da CCDR-N

Foram realizados alguns congressos internacionais de referência no setor:

- + Convención Grupo Werfen
- + Congresso Grupo Laboratório AIM
- + Ryan Tax Services Meeting
- + Type Inflammatory Event
- + Meeting Totem Travel

Satisfação dos clientes

O Centro de Congressos encontra-se sob a gestão de Qualidade de acordo com a Norma ISO 9001:2015. Ao longo dos últimos anos, os níveis de satisfação dos clientes encontram-se sempre acima dos 85%.

No ano de 2020, os inquéritos de satisfação revelam um grau de satisfação de 93% por parte dos nossos clientes.



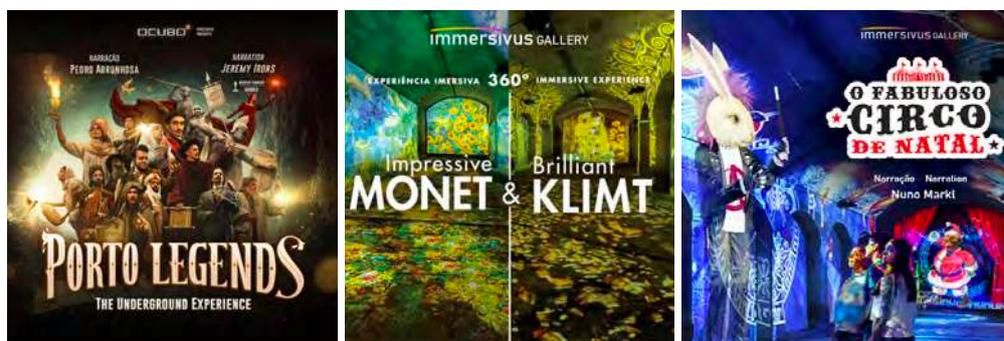
Iniciativas que marcaram 2020

54.ª edição da Capital do Móvel – AEPF



Esta edição, que trouxe à Alfândega o melhor do mobiliário português, ficou marcada por ser o **primeiro grande evento a acontecer em Portugal** no contexto de pandemia. Reuniu meia centena de expositores ao longo de nove dias de feira e recebeu perto de 15 mil pessoas, numa área com 6.200 metros quadrados. Contou, na inauguração, com a presença do senhor primeiro-ministro, Dr. António Costa.

Immersivus Gallery



A Immersivus Gallery é a primeira galeria de experiências artísticas imersivas em Portugal e tem como objetivo ser um ponto de referência artístico nacional.

Neste espaço têm sido desenvolvidas diversas experiências imersivas, com diferentes temas e artistas, nacionais e internacionais, as quais, através da união de tecnologia e arte, dão a oportunidade aos visitantes de experienciar a arte e cultura de uma forma inovadora.

São 2.000 m² de área de projeção em 360°, onde o público é imerso pelo espetáculo, fazendo também ele parte da história.

Tudo isto é possível através de uma instalação técnica complexa e inovadora, em que as Furnas da Alfândega do Porto foram transformadas numa monumental tela, onde o conteúdo multimédia é projetado no chão, paredes e teto, preenchendo todo o espaço com cores e animações.

Foram três os espetáculos em exibição no espaço: “Porto Legends”, “Impressive Monet & Brilliant Klimt” e “O Fabuloso Circo de Natal”.

Aposta em exposições internacionais



O Centro de Congressos da Alfândega, pela sua localização privilegiada no centro histórico da cidade, pela sua dimensão e arquitetura singular, tem merecido, cada vez mais, a procura de várias exposições internacionais, cuja qualidade e modernidade muito o dignificam.

Em 2020 tivemos o privilégio de receber duas exposições (Exposição da LEGO – A maior da Europa e Cartier Bresson), que trouxeram ao Edifício dezenas de milhares de visitantes.

Evolução das Redes Sociais



O CCA continua a apostar na divulgação dos seus serviços através das redes sociais Facebook e Instagram, informando regularmente os eventos que estão a decorrer e os que irão ser realizados.

No final de 2020 a página do CCA contava com mais de 45.000 seguidores.

Recursos Humanos e Estratégia



No início de 2020, encontravam-se marcados e confirmados dezenas de eventos que não se viriam a realizar.

O principal desafio encontrado, face à pandemia e ao fecho da nossa atividade, foi o de assegurar a sustentabilidade comercial do Centro de Congressos.

Para tal, foi crucial ter mantido no local de trabalho e em funcionamento pleno toda a sua equipa.

Aprez-nos constatar que, na sequência do trabalho realizado, apenas 11% dos 132 eventos agendados para 2020 foram cancelados, tendo a esmagadora maioria sido adiada para 2021.

Acreditamos que esta estratégia foi crucial para a retoma do crescimento gradual da nossa atividade, bem como uma clara manifestação de reconhecimento pelo envolvimento empenhado de todos os colaboradores e funcionários no desempenho das suas funções. Uma vez mais, a postura pró-ativa assumida revelou-se de uma eficácia evidente, se atentarmos na proposta de orçamento de eventos contratualizados para o ano em curso.

Atividade Museológica e Cultural

O relatório que apresentamos faz uma síntese da atividade desenvolvida pelo Museu ao longo do ano de 2020, a qual sofreu profundas alterações devido ao encerramento do Museu entre 13 de março e 1 de junho e às restrições sanitárias relativas a visitas de grupo.

Apesar das condições adversas, na base das ações concretizadas estiveram permanentemente presentes dois fios condutores: a crescente valorização do Edifício da Alfândega e o reforço da responsabilidade social, que se objetivam na dinâmica cultural desenvolvida de forma presencial ou através de meios digitais, mantendo e cativando públicos para o acompanhamento permanente da atividade do Museu.

Identificámos as principais linhas de atuação e as atividades práticas que conseguiram ser concretizadas com participação de diversos públicos, os quais são também alvo de uma análise anual e comparativa em relação a públicos dos anos anteriores.

Valorização do Edifício da Alfândega

Não apenas as exposições promovidas pelo Museu mas também a apresentação no Edifício da Alfândega de exposições promovidas por entidades externas comprovam o reconhecimento e valorização deste espaço como um espaço único na cidade e na região Norte, com características ímpares (história, localização, facilidade de acessos, proximidade com o Centro Histórico...), ao qual os visitantes acedem com facilidade e onde encontram propostas culturais atuais e interessantes, com capacidade para cativar e envolver toda a família em experiências diversas e marcantes. Em 2020 foram prova disto a presença da exposição “Henri Cartier Bresson e das apresentações multimédia “Porto Legends – The Underground Experience”, “Impressive Monet & Brilliant Klimt” e “O Fabuloso Circo de Natal”.

O Edifício foi palco de algumas visitas temáticas, que visaram comemorar datas culturalmente significativas como:

- + Dia Mundial do Braille a 4 de janeiro: visita de grupo da ACAPO – Associação de Cegos e Amblíopes do Porto, com abordagem da história da Alfândega e experiência tátil em torno da maquete representativa do Edifício e de alguns veículos da exposição “O motor da República: os carros dos Presidentes”;
- + JEP – Jornadas Europeias do Património a 25, 26 e 27 de setembro: visitas de grupo orientadas, designadas “Há vista no Cais!”, com passagem por espaços interiores e exteriores do Edifício da Alfândega;



- + “A Arte do Falso”

O espaço onde esteve patente a exposição “COMUNICAR” (2012-2019) foi alvo de remodelação, com vista à instalação da exposição “A Arte do Falso”, resultado de uma estreita parceria com a Polícia Judiciária – Diretoria do Norte. A infraestrutura da anterior exposição, bem como equipamentos diversos que a compunham foram reaproveitados para este novo projeto, que foi sendo produzido por equipas dos dois parceiros.

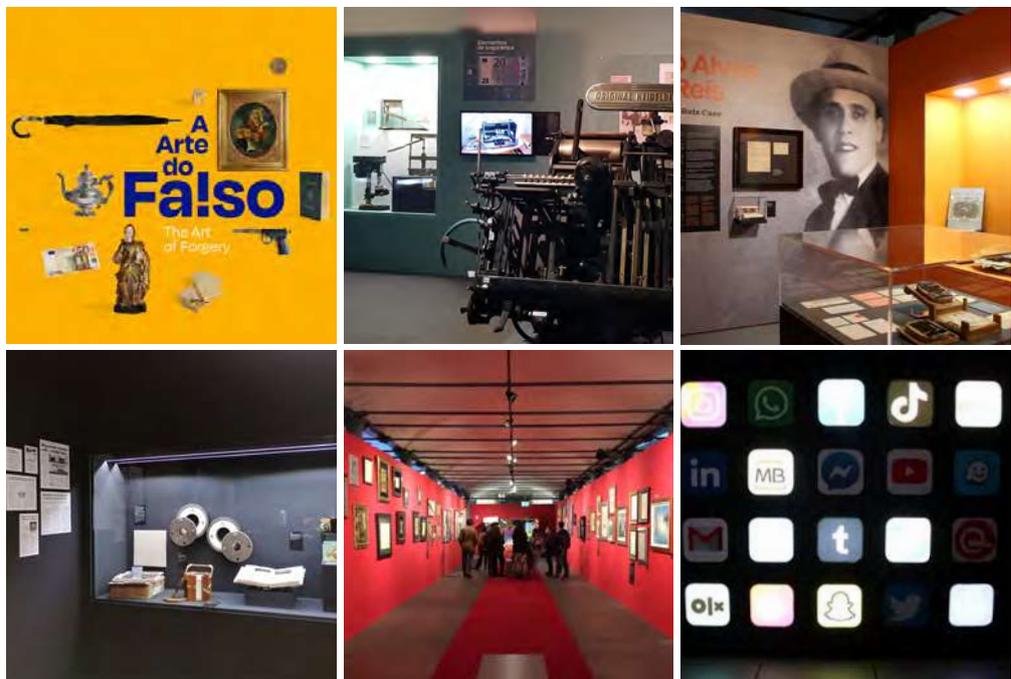
Inaugurada no dia 9 de outubro, a exposição integrou-se nas comemorações do 75º aniversário daquela instituição de investigação criminal e dos 150 anos sobre o início da atividade aduaneira no Edifício da Alfândega.

Fundada no talento, na imaginação, muitas vezes no génio criativo dos criminosos, a exposição mostra o engano, a ilusão, a fraude, que se estende das obras de arte à moeda, passando pelas armas, pelos automóveis, pelas jóias ou por uma máquina que curava todas as doenças. Os temas e os objetos apresentados pretendiam trazer ao conhecimento do público narrativas significativas de falsificações e de falsificadores, elementos adulterados ou mecanismos de falsificação recolhidos durante os processos de investigação, alertando para os

cuidados que todos, no exercício de uma cidadania que se deseja informada e ativa, devem ter para evitar o envolvimento em contextos “Falsos”.

No núcleo “Perícias a Falsificações”, o espaço laboratorial acolheu 18 pequenos grupos, que aí puderam assistir à apresentação, por técnicos do LPC – Laboratório de Polícia Científica, de algumas técnicas de investigação como o retrato robot, a recolha de impressões digitais e a utilização de pós e luzes fluorescentes. Estas visitas, realizadas apenas com pré-marcação, obedeceram às regras estabelecidas pelas autoridades sanitárias quer em termos de dimensão quer em termos do distanciamento necessário e da higienização das mãos.

Com uma boa adesão de visitantes nas semanas e fins-de-semana após a sua abertura, a exposição sofreu uma significativa quebra de visitantes em novembro, na sequência das medidas instauradas pelo Estado de Emergência para combater a pandemia, nomeadamente a proibição de circulação entre concelhos e o recolher obrigatório pelas 13h aos sábados, domingos e feriados. Tendo encerrado, como previsto, no dia 31 de dezembro de 2020, está a ser analisada a possibilidade da sua reabertura quando estiverem reunidas as condições de saúde, de modo a poder ser usufruída por mais públicos, os quais, em 2020, não a puderam visitar devido à pandemia da COVID-19.



Responsabilidade social

A responsabilidade social da Alfândega, inerente ao Auto de Cessão estabelecido com o Estado Português em 1999, tem-se concretizado através da renovação do Edifício, da sua animação e da partilha da sua história com públicos diversificados, procurando manter viva a importância da instituição aduaneira na cidade, na região e no país. Para estes fins tem sido crucial a ação do Museu fora de portas, a qual proporciona momentos de contacto e de fruição cultural junto de públicos específicos, com os quais procura estabelecer uma relação de proximidade e que possa, em alguns casos, potenciar visitas ao Museu.

Devido às restrições impostas pela pandemia, algumas ações deixaram de ser realizadas com presença física nas instituições, pelo que foi garantida a sua continuidade por via digital.

Neste contexto, o Museu deu continuidade ao projeto “**Hora do Museu**” nas Pediatrias das unidades hospitalares Hospital de S. João (Joãozinho e Cirurgia Pediátrica), IPO e CMIN – Centro Materno Infantil do Norte, nas quais, mensalmente, são partilhadas com crianças, familiares que acompanham as crianças no internamento/consultas, técnicos de saúde e de educação e voluntários, histórias, curiosidades e objetos associados ao Museu. As histórias foram lidas e gravadas em vídeos que podem ser acessíveis às equipas educativas e às famílias através do Youtube do Museu. Vídeos alusivos à história da Alfândega e às suas coleções e exposições foram também partilhados no Youtube e no site do Museu.

A responsabilidade social refletiu-se noutros campos de atuação, como na Biblioteca do Museu da Alfândega (continuidade de catalogação e organização), nas exposições permanentes, nas atividades regulares de animação e nas atividades de colaboração com a comunidade, as quais foram alvo de divulgação através de diversos meios ao dispor do Museu. Identificámos de seguida as ações que tiveram maior impacto junto dos públicos do Museu:

Exposições permanentes



A exposição “**O motor da República: os carros dos Presidentes**”, além de ter acolhido visitantes individuais, foi também palco de duas visitas de grupo orientadas específicas. As visitas do Jaguar Clube de Portugal e do 2 CV Clube do Porto, que incluíram estacionamento dos veículos clássicos no parque da Alfândega e visita à exposição, contribuíram para a animação deste espaço expositivo. Participaram nestas visitas cerca de 100 pessoas.

A exposição “**Metamorfose de um Lugar: Museu das Alfândegas**” acolheu mais de dois mil visitantes individuais, que usufruíram da visita gratuita de terça a sexta, tendo registado uma quebra de visitas de grupo orientadas devido ao cancelamento de inúmeras visitas previstas mas não concretizadas por força da situação pandémica e das restrições impostas pelas escolas para as visitas de estudo.

Atividades regulares de animação

Durante o ano, o Museu assinalou, através de meios digitais, algumas datas como o Dia Internacional dos Museus ou a Semana da Ciência & Tecnologia.

Divulgação

Através dos meios habitualmente ao dispor, como o site institucional, o Facebook, o Youtube e o Instagram, mas também através de meios de comunicação social como a Revista Estrelas & Ouriços, Revista Mais, plataforma “PPortodosMuseus”, o Museu conseguiu manter a comunicação com o exterior. Regista-se o esforço da equipa em preparar guiões e filmar, com meios próprios, vídeos que disponibilizou para o exterior. Não deixamos de continuar a utilizar os painéis led instalados nas fachadas nascente e poente da Alfândega e que continuam a dar um precioso contributo na divulgação para o exterior.

Públicos do Museu em 2020

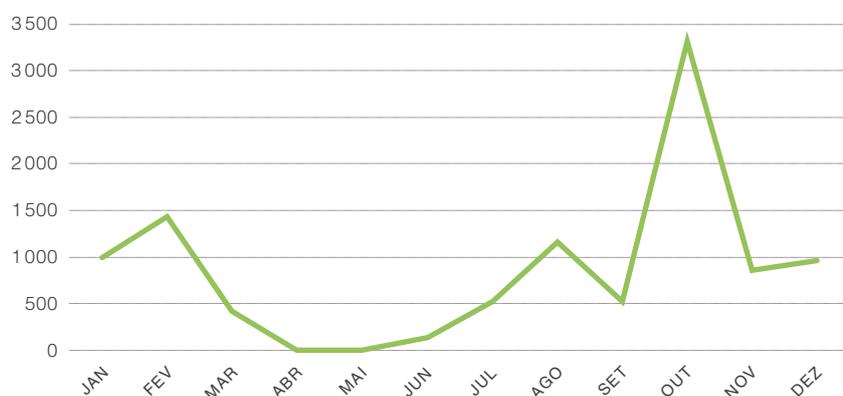
Em 2020 registámos um **total de 10.312 entradas no Museu**. Esta significativa diminuição de visitantes deve-se ao encerramento do Edifício da Alfândega entre 13 de março e 1 de junho, às medidas restritivas impostas pelo Estado de Emergência a partir de novembro, à substancial redução de visitas de grupos orientadas e aos impactos que a pandemia teve no fluxo de turistas nacionais e internacionais. Face ao ano de 2019, a redução de visitantes em 2020 foi de cerca de 47%, ficando, todavia, aquém da redução de visitantes nos museus e monumentos afetos à Direção Regional de Cultura do Norte, a qual registou uma quebra de 71% durante o ano passado.

Como os bilhetes adquiridos podem incluir uma ou mais exposições, nomeadamente os bilhetes de grupo em que a visita integra duas exposições/atividades de modo a corresponder a várias áreas curriculares, é pertinente fazer uma contagem das entradas em cada exposição, a qual será sempre superior ao número de bilhetes adquiridos, já que, como se referiu, um bilhete possibilita a entrada numa ou mais exposições. Em 2020 o total acumulado registado foi de 10.443 entradas, o que reflete, uma vez mais, a substancial redução de visitas de grupo orientadas, principalmente oriundas de contextos escolares.

Público por Exposição	2017	2018	2019	2020
O motor da República	7161	9476	7601	2523
Metamorfose de Um Lugar	5392	5908	4558	2684
Edifício da Alfândega	1769	1074	4625	739
A Arte do Falso	-	-	-	4497
Total	14322	16458	16784	10443

Em relação à performance das entradas no Museu ao longo dos doze meses do ano, constatamos no gráfico abaixo que o ritmo das visitas foi acompanhando as medidas de combate à pandemia, sendo notória a quebra verificada entre março e junho e, novamente, a partir de novembro.

Evolução nº visitantes em 2020



Recursos Humanos

A coragem é a primeira das qualidades humanas porque garante todas as outras.

Aristóteles

Os tempos que vivemos são de incerteza e de grande complexidade e os **desafios humanos** cada vez maiores.

A juntar à imprevisibilidade dos ciclos económicos e às mudanças nos domínios sociais, políticos e empresariais, num ano marcado pela pandemia, a gestão dos recursos humanos torna-se importantíssima para alavancar o estado de espírito das equipas, dialogar e motivar.

Este novo desafio, francamente exigente, colocado às organizações, trouxe consigo a necessidade de criar **estratégias de adaptação**, redução ou suspensão temporária da atividade, ajustando-se à realidade vigente, sem deixar de descurar os seus colaboradores.

Mais do que nunca, fatores como a saúde física e mental debilitada, preocupações financeiras e altos níveis de ansiedade trazem impactos à produtividade. Aqui, a comunicação assertiva do departamento de Recursos Humanos e da gestão de topo assumiram um papel preponderante e contribuíram para a **multidisciplinariedade** na intervenção e na construção de uma resposta completa a toda a estrutura.

Neste sentido, o ano transato revelou-se trabalhoso e exigente, tendo sido muitas as dinâmicas desenvolvidas para o **bem-estar coletivo da Associação**. Como sabemos, o segredo do sucesso das organizações depende diretamente das pessoas, da sua motivação, da sua interação e sobretudo da sua ação.

Não descurando a importância das **relações** e do estreitamento de laços, foram também realizadas algumas atividades, cumprindo sempre com as normas e orientações da Direção Geral da Saúde no tocante ao distanciamento social, etiqueta

respiratória e uso da máscara.

Estamos certos de que, com a experiência adquirida ao longo dos últimos anos e provas dadas nessa matéria, **continuamos a pensar num Futuro esperançoso.**

Segurança e Saúde no Trabalho

No ano de 2020, dando cumprimento à legislação em vigor e pensando na saúde, segurança e bem-estar dos trabalhadores, concretizou-se:

- + Realização de consultas obrigatórias e sempre que justificáveis no âmbito da Medicina no Trabalho;
- + Ação de formação de saúde e segurança no trabalho para os mais recentes funcionários;
- + Renovação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e substituição de fardas, essenciais à identificação dos funcionários, garantindo o bom funcionamento da atividade;
- + Distribuição regular de *newsletters* de prevenção dos riscos profissionais a todos os funcionários;
- + Código de Boa Conduta;
- + Manual de Gestão de Sinistros;
- + Manual de Procedimentos no âmbito do RGPD.

Com a COVID-19, esta área ganhou especial importância, nomeadamente no que diz respeito à prevenção e combate aos riscos biológicos em contexto de trabalho. Nesse sentido, foi realizado um trabalho minucioso que contou com as seguintes ações:

- + Plano de Contingência COVID-19 e Orientações específicas para a atividade do Museu e do Centro de Congressos;
- + Ação de Formação específica, para dar a conhecer a todos os funcionários o Plano de Contingência COVID-19;
- + Criação de uma área de isolamento, medição da temperatura a todos os funcionários à entrada do Edifício e cumprimento de

todas as orientações da Direção Geral da Saúde recomendadas para a atividade da Alfândega;

- + Existência de um stock COVID-19, que inclui todos os EPIs necessários, assim como produtos de higienização e desinfeção adequados para a COVID-19.

Para a concretização destas ações, a Medicina no Trabalho e a equipa auditora da APCER, responsável pela atribuição do selo COVID Safe, foram essenciais no acompanhamento adequado e realização de boas práticas neste âmbito.

Acolhimento de Estágios curriculares

Apesar das circunstâncias, no primeiro trimestre do ano acolhemos 5 estagiários, um na área do *marketing* e publicidade, outro na área da criatividade e inovação e os restantes na área cultural. No ano de 2019, haviam sido acolhidos 6 estágios.

Qualificação

A qualificação do capital humano continua a ser um dos principais pontos-chave para o sucesso organizacional.

É de referir a atribuição do estatuto de trabalhar-estudante a mais um membro da equipa, contribuindo assim positivamente para o aumento da sua formação, produtividade e baixa taxa de rotatividade.

Com a impossibilidade de realização de formações presenciais, em 2020 foi priorizada a formação *on-line* através das mais diversas plataformas, de modo a não afetar a política de melhoria contínua já existente. É essencial manter as equipas atentas, informadas e motivadas na criação de valor para a organização.

Assim, em 2020 registaram-se 452 horas de formação, em comparação com as 702 horas de formação de 2019.

Qualidade

A persistência é o caminho do êxito.

Charles Chaplin

No ano de 2020, com a inclusão do **Museu no Sistema de Gestão da Qualidade**, foi dado um passo importante para a melhoria contínua da Alfândega. A COVID-19 teve uma grande influência na evolução da atividade, porém não limitou a vontade de progredir e aprimorar a qualidade do serviço prestado. Houve claramente um **forte investimento interno**, tanto nas pessoas como no Edifício.

Além do selo Clean & Safe emitido *on-line* pelo Turismo de Portugal, é ainda de salientar o esforço que foi realizado para a implementação do selo **COVID Safe**, atribuído pela APCER. Esta certificação bianual garante que o Edifício da Alfândega do Porto cumpre todas as medidas oficiais das Entidades reguladoras para controlar a pandemia, com o cumprimento de um rigoroso painel de requisitos.

A **sustentabilidade ambiental e social** assumiu especial enfoque e é tema que continuará a merecer a nossa melhor atenção. Para além de a considerarmos no Plano de Atividades como um novo eixo estratégico, subscrevemos a Carta de Princípios do BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, associação que agrega e representa empresas que se comprometem ativamente com a sustentabilidade. O objetivo é o reforço de boas práticas de gestão sustentável, baseadas em seis princípios: Conformidade Legal & Conduta Ética, Direitos Humanos, Direitos Laborais, Prevenção, Saúde e Segurança, Ambiente e Gestão. Esta é, sem dúvida, uma nova abordagem, que promete ter um reflexo direto na criação de valor para a marca Alfândega.

As alterações são constantes e difíceis de antecipar, pelo que, neste contexto, a **comunicação positiva** será uma ferramenta fundamental no percurso para a retoma económica e terá de ser regular, proativa, transparente, empática, factual, assertiva e focada na humanização das empresas, agindo como um parceiro estratégico do negócio.

É crucial que as organizações saibam desenhar e implementar o seu processo de EVOLUÇÃO, que será contínuo. Perante este desafio que se prevê maior que social, **nunca foi tão importante estarmos juntos** e sermos parte integrante de uma Associação que respira melhoria contínua, motivação, foco nas pessoas e espírito de equipa.

Obras e Manutenção

A pandemia trouxe consigo várias restrições à atividade desenvolvida no edifício da Alfândega, o que viabilizou a realização de diversas intervenções em termos de obras de recuperação e manutenção, muitas delas com recurso aos técnicos da Instituição, o que não seria possível num cenário de normalidade.

Em 2020 iniciámos os trabalhos de conservação da Grua (Girafa) e demos continuidade a uma série de manutenções e reparações no edifício, intervindo em equipamentos e espaços que apresentavam um elevado grau de desgaste.

As ações de manutenção e ações corretivas mais revelantes no Edifício da Alfândega foram as seguintes:

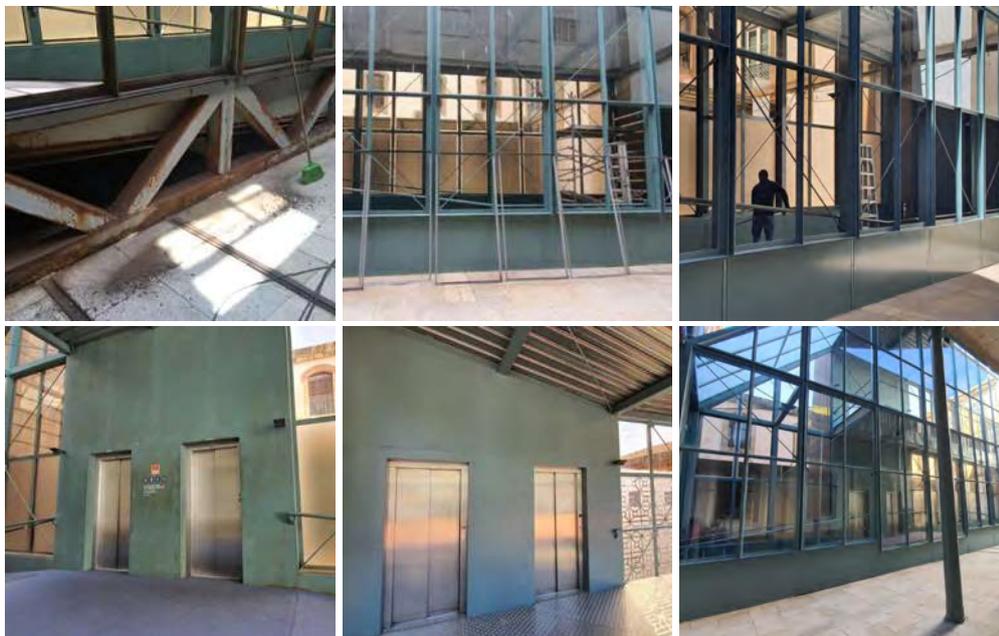
- + Substituição dos contentores do lixo existentes por contentores de resíduos enterrados tipo Molok, com contentor individual para vidro, para papel, para plástico e para indiferenciados



- + Execução de nova terra de serviço para o posto de transformação ponte. Aproveitou-se a vala aberta para a colocação dos Moloks para a melhoria dos valores da terra de serviço.



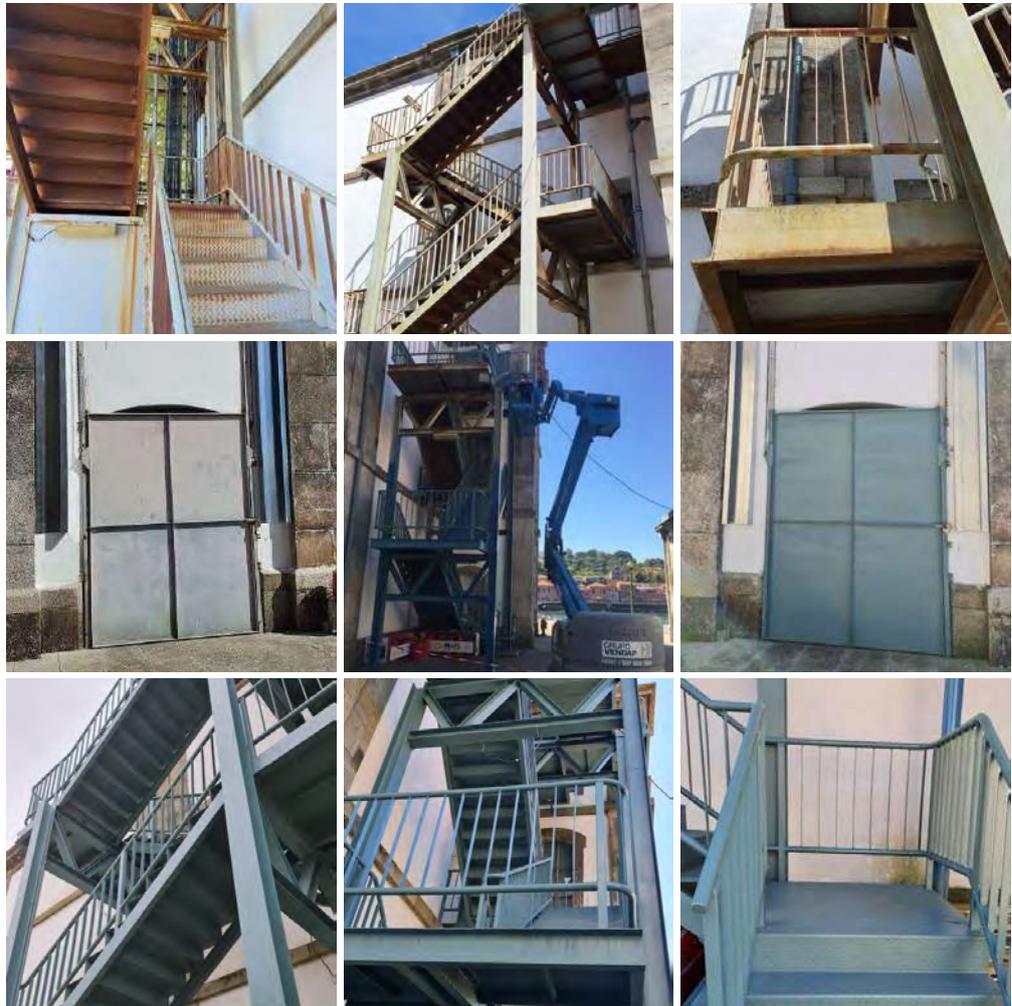
- + Reparação e pintura do Passadiço de ligação Central-Poente. Esta intervenção consistiu na substituição das chapas deterioradas ao nível do Piso 0, retirada dos vidros para tratamento das caixilharias e pintura dos aros de suporte, limpeza, pintura com primário e pintura final



- + Reparação do passadiço de ligação no Piso 1 Central-Poente. Este passadiço mais antigo necessitou de um tratamento e pintura das paredes exteriores



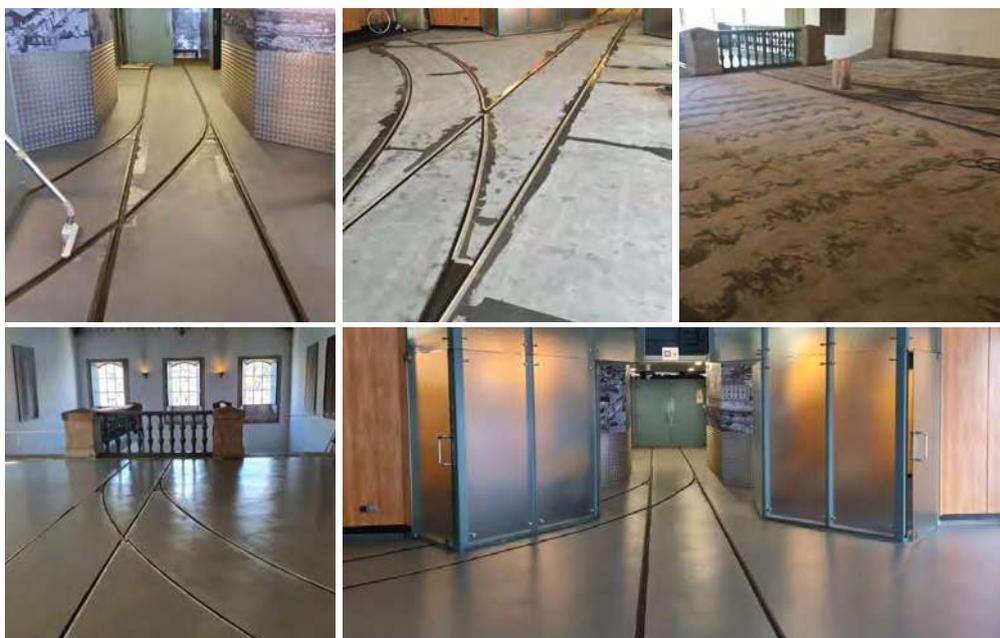
- + Tratamento e pintura das escadas de emergência da Ala Poente. Foi necessária a limpeza prévia de toda a área, pintura com primário à base de poliuretano e acabamento com esmalte poliuretano



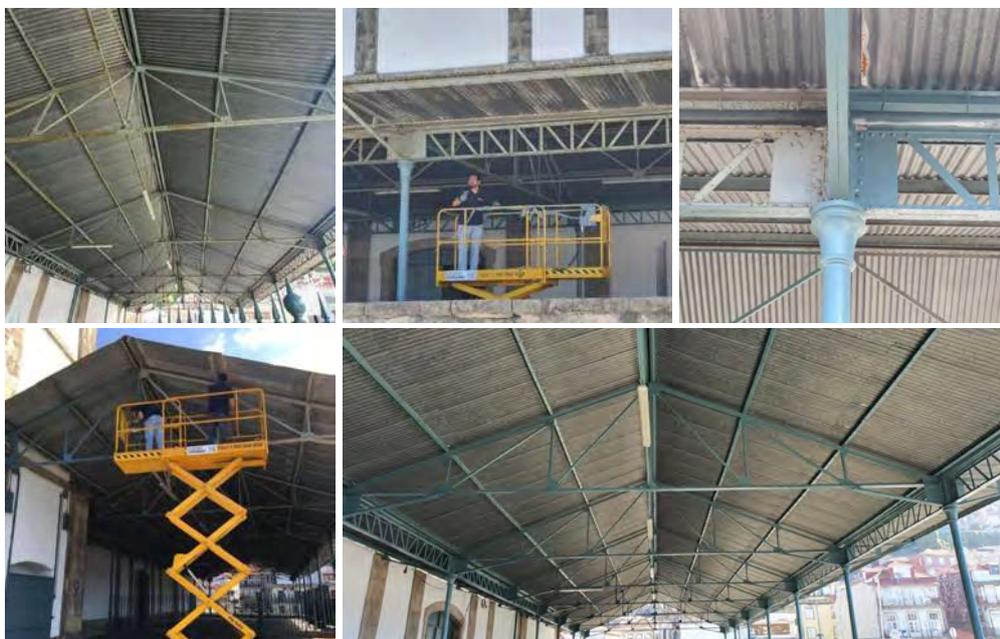
- + Pintura das máquinas de ar condicionado existentes no lado Poente



- + Reparação e pintura do Hall do 2º Piso Poente de acesso ao Centro de Congressos que se encontrava em mau estado e com muitas zonas deterioradas



- + Pintura e tratamento da estrutura e cobertura existentes do lado nascente junto à entrada do Piso 0



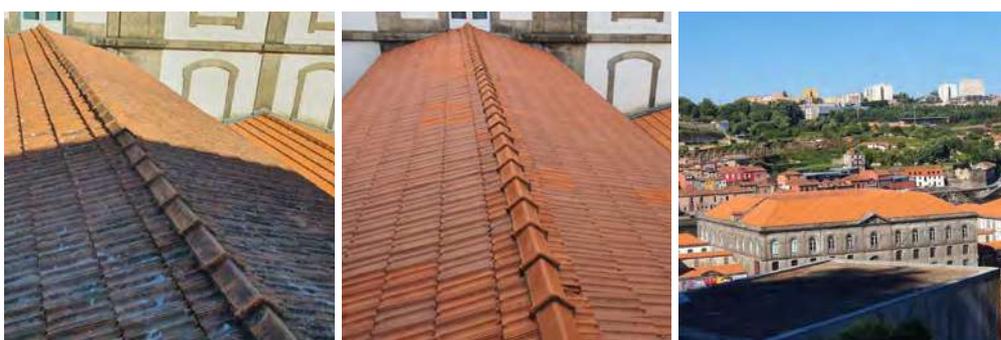
- + Pintura das paredes dos Pisos 0 Poente e Nascente e de todas as colunas, bem como das colunas existentes no exterior dos corpos de ligação



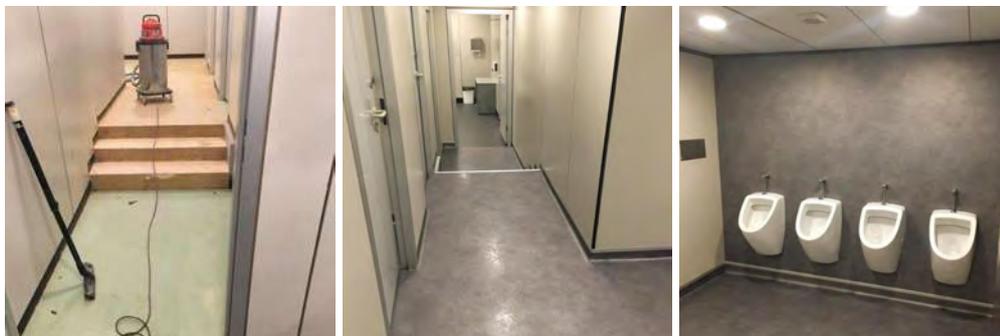
- + Outras pinturas em várias portas e paredes do Edifício



- + Conclusão da limpeza dos telhados do Edifício



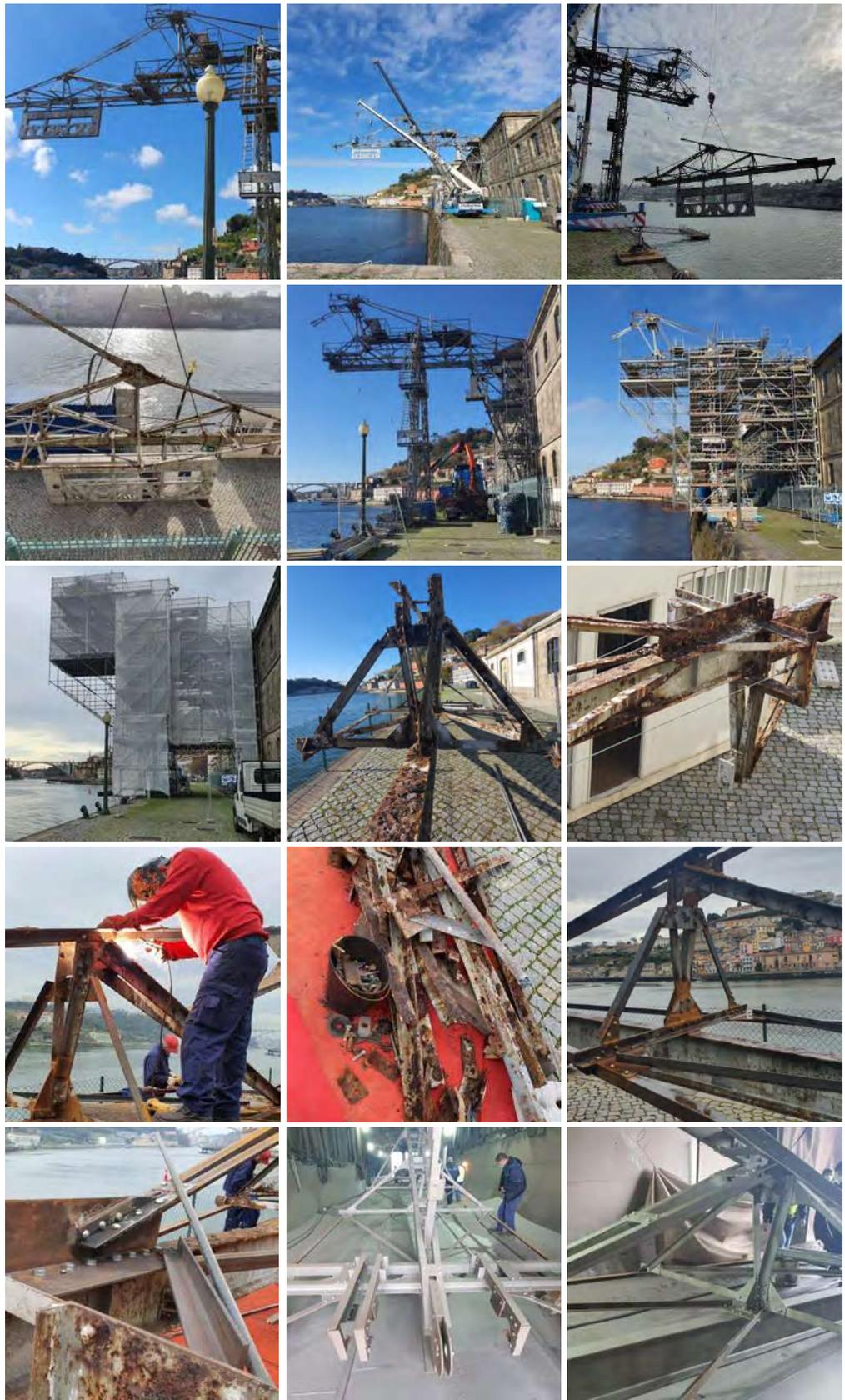
- + Remodelação dos sanitários do Piso 2 Nascente. Foram substituídas as placas de vinil existentes por novo vinil em rolo, evitando-se uniões e consequentemente infiltrações e foram substituídos os mictórios por novos, mais higiénicos e com sistema de descarga individual.



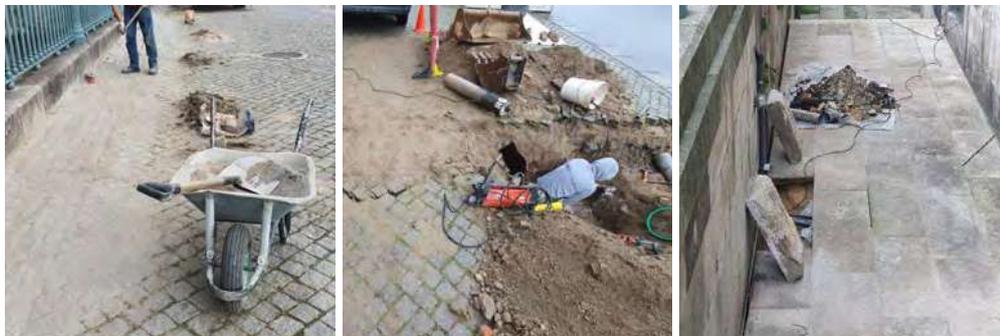
- + Limpeza e reparação das caixas de pavimento do Piso 0 Poente.



- + Início das obras de conservação do guindaste DEMAG existente no cais (Girafa). Instalação de uma estrutura de andaimes em toda a envolvente, retirada da lança sobre o rio para substituição de todas as estruturas metálicas com desgaste, retirada de todos os pavimentos em madeira e substituição de todos os elementos metálicos danificados.



- + Reparação do pavimento do cais e melhoria da drenagem das águas pluviais, com a instalação de grupos de bombagem, evitando deste modo infiltrações de água nas furnas, assim diminuindo o risco de cheias.



- + Estabilização do corpo de ligação Central-Nascente. Colocação de uma cinta em betão em toda a periferia das paredes existentes e execução de estrutura em madeira para suporte das cargas do Piso 1.



Relato financeiro 2020

Relato Financeiro

Situação económica e financeira

No ano de 2020 a economia portuguesa contraiu 8,1%, iniciando, em 2021, uma trajetória de recuperação que se prolonga até 2023. Projeta-se um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,9% em 2021, 4,5% em 2022 e 2,4% em 2023. As projeções mantêm a estimativa para o PIB de 2020 divulgada em outubro, devido à conjugação de dois fatores de sentido oposto: a recuperação no terceiro trimestre foi superior ao antecipado, mas a evolução da pandemia e das medidas de contenção levaram à revisão em baixa da atividade no quarto trimestre.

De acordo com boletim económico de dezembro de 2020, publicado pelo Banco de Portugal, as perspetivas económicas permanecem rodeadas de elevada incerteza, estando dependentes da evolução da pandemia e da rapidez da vacinação em larga escala. O ritmo da retoma da atividade económica será condicionado pelo impacto da crise sobre a capacidade produtiva e pela necessária reafetação de recursos entre empresas e entre setores. As políticas nacionais e supranacionais vão continuar a ter um papel fundamental na recuperação e resiliência da economia nacional, devendo promover a retoma do investimento e a correta afetação de recursos.

Em 2020, a AMTC atingiu o pior resultado de sempre devido ao contexto pandémico COVID-19, o qual teve um forte impacto negativo no setor da cultura e dos eventos.

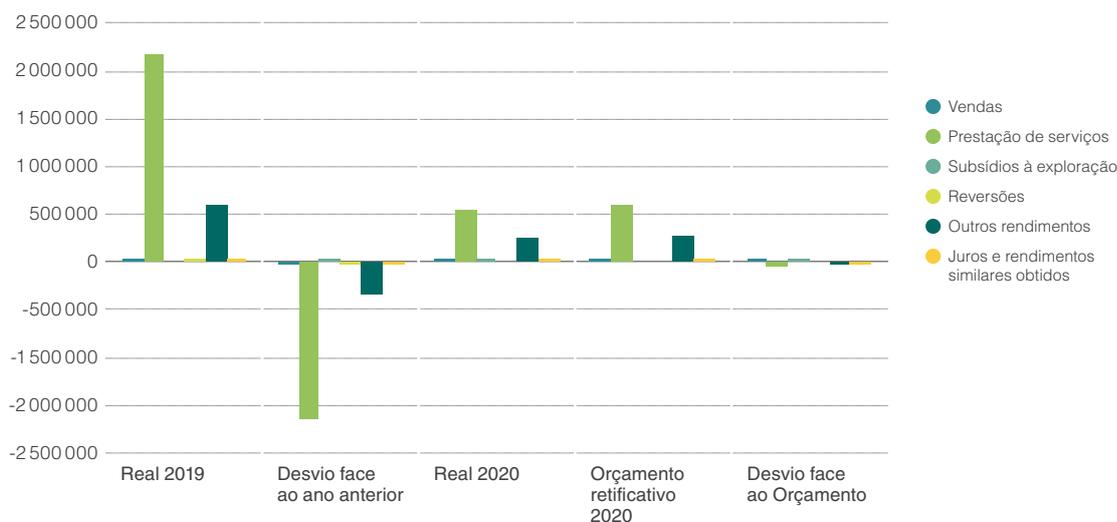
Foram necessárias alterações imediatas na gestão corrente de acordo com a evolução da pandemia e, mais uma vez, a prudência consistiu no princípio base para a adaptação necessária. Nesse sentido, em junho do ano transato, foi realizado um orçamento retificativo que refletiu os impactos da COVID-19 na atividade.

Neste Relatório e Contas vamos analisar as rubricas de maior importância e as que apresentam divergências mais significativas face ao orçamento retificativo aprovado para 2020 e à execução do ano anterior.

Os **rendimentos** obtidos no exercício em análise perfizeram um total de 772.463 euros, distribuídos pelas rubricas abaixo discriminadas com maior detalhe. Este valor corresponde a um desvio negativo de 8% face ao Orçamento.

Rendimentos	Real 2019	Desvio face ao ano anterior	Real 2020	Orçamento retificativo 2020	Desvio face ao Orçamento
Vendas	539 €	-29 €	511 €	100 €	411 €
Prestação de serviços	2 170 478 €	-1 640 931 €	529 548 €	582 900 €	-53 352 €
Subsídios à exploração	0 €	1 744 €	1 744 €	0 €	1 744 €
Reversões	24 600 €	-24 600 €	0 €	0 €	0 €
Outros rendimentos	579 377 €	-339 545 €	239 832 €	257 900 €	-18 068 €
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	1 709 €	-880 €	829 €	1 100 €	-271 €
Total	2 776 703 €	-2 004 240 €	772 463 €	842 000 €	-69 537 €

Rendimentos



Relativamente ao exercício anterior, registámos uma diminuição nos rendimentos de 2.004.240 euros. Face ao orçamento retificativo de 2020, também houve uma diminuição de 69.537 euros. Os principais desvios ocorreram nas prestações de serviços, que diminuíram 1.640.931 euros face a 2019 e ficaram 53.352 abaixo do orçamento retificativo. Ainda assim, a prestação de serviços, com um montante de 529.548 euros, representa 69% do total de rendimentos da AMTC, com principal destaque para as cedências de espaços.

O valor de subsídios à exploração corresponde aos pagamentos da Segurança Social no âmbito das medidas COVID-19 de apoio excecional à família.

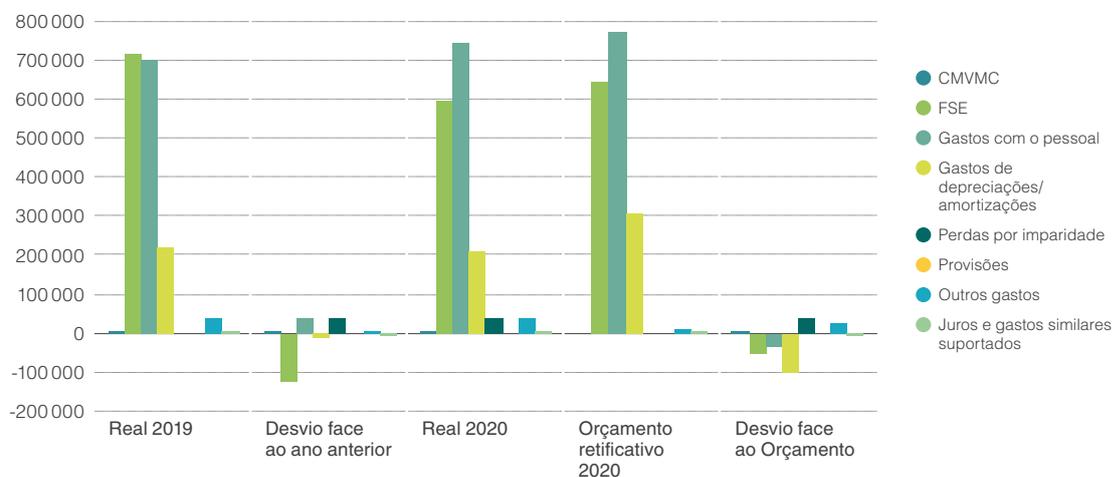
Outra componente que também registou uma relevante diminuição foi a de outros rendimentos, que ficou 339.545 euros abaixo do alcançado no ano anterior, o que é justificado essencialmente pelo abrandamento da atividade e consequente diminuição das comissões dos eventos.

Em 2020, o **total de gastos** fixou-se em 1.633.866 euros, mas em 2019 este valor foi de 1.685.066 euros, pelo que se registou uma diminuição de 51.200 euros. Se compararmos o total dos gastos com o previsto no orçamento rectificativo para 2020, verificámos que o valor realizado também ficou abaixo do previsto em 108.134 euros.

No Anexo às Demonstrações Financeiras, encontram-se analisados de modo pormenorizado todos os valores constantes do quadro abaixo:

Gastos	Real 2019	Desvio face ao ano anterior	Real 2020	Orçamento rectificativo 2020	Desvio face ao Orçamento
CMVMC	72 €	1 060 €	1 132 €	0 €	1 132 €
FSE	719 091 €	-122 484 €	596 608 €	643 500 €	-46 892 €
Gastos com o pessoal	703 966 €	38 875 €	742 841 €	775 000 €	-32 159 €
Gastos de depreciações / amortizações	222 103 €	-11 675 €	210 428 €	308 800 €	-98 372 €
Perdas por imparidade	0 €	40 567 €	40 567 €	0 €	40 567 €
Provisões	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros gastos	37 076 €	4 549 €	41 625 €	14 000 €	27 625 €
Juros e gastos similares suportados	2 757 €	-2 092 €	665 €	700 €	-35 €
Total	1 685 066 €	-51 200 €	1 633 866 €	1 742 000 €	-108 134 €

Gastos



A rubrica que apresenta o maior desvio é a de fornecimentos e serviços externos (FSE), com um peso de 37% no total de gastos. Em 2020, para além da consciência ambiental que a AMTC tem vindo a implementar na gestão eficiente de recursos, a COVID-19 foi também um fator impulsionador para a afetação criteriosa dos mesmos.

Os gastos de depreciações e amortizações, no valor de 210.428 euros, apresentam uma diminuição de 11.675 euros face a 2019. Em 2020, não foi possível realizar todos os investimentos previstos no orçamento retificativo, daí o desvio de 98.372 euros. Outros investimentos ainda se encontravam em curso aquando do encerramento do exercício, pelo que **só serão depreciados a partir de 2021**.

Os outros gastos apresentam um aumento de 12% face a 2019, o que é justificado essencialmente pela rubrica donativos.

Face aos elementos anteriores, constata-se que em 2020 o **resultado líquido do período foi negativo no valor de 861.403,11 euros**, enquanto que no ano de 2019 havia sido positivo em 1.091.637,00 euros.

Situação Patrimonial

O total do Ativo em 31 de dezembro de 2020 fixou-se em 3.849.121 euros, conforme vem espelhado no balanço. Por sua vez, em 2019 este registava o valor de 4.792.701 euros.

Ao nível dos ativos não correntes, verificou-se um aumento resultante do acréscimo dos investimentos em curso. Nos ativos correntes, registámos consideráveis oscilações entre as rubricas. Em caixa e depósitos bancários verificou-se uma oscilação negativa significativa de 877.443 euros, sendo que, na conta de clientes, temos uma variação positiva de 241.223 euros. Estes dois desvios resultam fundamentalmente da faturação e recebimento de verbas relativas a eventos. Com a diminuição de receita proveniente dos eventos, foram necessariamente utilizados recursos de anos anteriores. Outra variação também significativa ocorre ao nível da rubrica Estado e Outros Entes Públicos, com uma variação positiva de 80.631 euros, isto porque a diminuição de faturação e a existência permanente de gastos e investimentos originou este valor de IVA a recuperar. No final do exercício foi efetuado pedido de reembolso do mesmo.

À data de 31 de dezembro de 2020, a AMTC não tinha dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

No Passivo, registou-se um aumento na rubrica de fornecedores correntes de 61.606 euros.

No final do ano, o Capital Próprio ascende a 3.289.525 euros.

Constatamos ainda que o financiamento externo sofreu uma diminuição, tendo a AMTC conseguido solver as suas responsabilidades, promovendo até ao momento uma política de diminuição do recurso a capital alheio.

Como principais indicadores da empresa, destacamos os seguintes:

- + Autonomia Financeira = 0,85
- + Solvabilidade Total = 5,88
- + Liquidez Geral = 4,94
- + Endividamento = 0,13

Do ponto de vista de gestão, um rácio não deve ser analisado isoladamente mas sim com outros indicadores.

O rácio de autonomia financeira exprime a solidez financeira e evidencia a estabilidade da estrutura de capitais e a consequente capacidade no cumprimento dos seus compromissos não correntes. Dado que atingimos um rácio de 85%, evidenciamos claramente um peso mínimo dos capitais alheios no financiamento dos ativos da empresa e baixos encargos financeiros (juros de empréstimos obtidos).

Por sua vez a solvabilidade total de 5,88% indica a capacidade de, com os nossos próprios meios, solvermos os nossos compromissos sem recurso a capitais alheios, o que garante a nossa sustentabilidade e continuidade.

A nossa liquidez geral, com um rácio de 4,94%, evidencia um equilíbrio financeiro que, analisado em conjunto com o rácio do endividamento, nos indica a capacidade de, com os nossos próprios meios, enfrentarmos o futuro, ficando assim menos vulneráveis e expostos ao exterior.

Apesar do contexto atual de pandemia, os indicadores de estrutura financeira, endividamento e liquidez foram favoráveis em 2020. A AMTC agilizou práticas para melhorar a eficiência e controlo das despesas e cobranças, em articulação com uma política mais eficaz e proativa de gestão dos financiamentos, de modo a cumprir o orçamento retificativo de 2020.

As ações desenvolvidas, os investimentos realizados e as medidas implementadas foram no sentido de adequar a atividade da AMTC, preparar a retoma e assegurar a continuidade das operações para os próximos exercícios, mediante a informação disponível à data.

Proposta de aplicação do resultado líquido do período

O resultado líquido do período de 2020 foi negativo em 861.403,11 euros para o qual, de acordo com a legislação em vigor, se propõe aos Senhores Associados a sua transferência para a conta de Resultados Transitados.

Contas 2020

Índice

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	2
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	3
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	4
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	5
1. INTRODUÇÃO	6
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	8
4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	18
5. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	20
6. INVENTÁRIOS	20
7. CLIENTES	21
8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	21
9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	23
10. DIFERIMENTOS	23
11. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	24
12. CAPITAL PRÓPRIO	25
12.1. RESERVAS - DOAÇÕES	25
12.2. RESULTADOS TRANSITADOS	25
12.3. AJUSTAMENTOS E OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	25
13. FINANCIAMENTOS OBTIDOS	25
14. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	26
15. FORNECEDORES	26
16. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	27
17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	27
18. GASTOS COM PESSOAL	28
19. OUTROS RENDIMENTOS	29
20. OUTROS GASTOS	30
21. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS	30
22. IMPOSTO DO EXERCÍCIO	30
23. PARTES RELACIONADAS	33
24. EVENTOS SUBSEQUENTES	34
25. INFORMAÇÃO ADICIONAL COVID-19	34

sofz lavadas



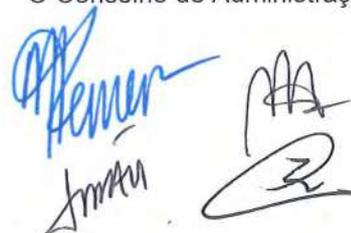
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Rubricas	Notas	Datas	
		31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.1 e 4	949.828	969.287
Ativos tangíveis em curso	4	136.568	18.451
Outros ativos financeiros	3.3 e 5	3.751	1.971
		1.090.147	989.709
Ativo corrente			
Inventários	3.4 e 6	-	1.104
Clientes	3.5 e 7	141.603	382.826
Estado e outros entes públicos	8	226.565	145.934
Outros créditos a receber	3.5 e 9	7.798	1.138
Diferimentos	10	16.660	28.201
Caixa e depósitos bancários	3.6 e 11	2.366.347	3.243.790
		2.758.974	3.802.992
Total do ativo		3.849.121	4.792.701
Capital próprio e Passivo			
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Reservas - doações	3.2 e 12.1	323.184	322.634
Resultados transitados	12.2	3.729.838	2.638.201
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	3.11 e 12.3	97.906	160.174
		4.150.928	3.121.009
Resultado líquido do período		(861.403)	1.091.637
Total do capital próprio		3.289.525	4.212.645
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	3.8, 3.12 e 13	764	18.253
Outras dívidas a pagar		-	-
		764	18.253
Passivo corrente			
Fornecedores	15	138.745	77.139
Estado e outros entes públicos	8	22.651	62.973
Financiamentos obtidos	3.8, 3.12 e 13	17.431	45.748
Outras dívidas a pagar	14	127.352	118.442
Diferimentos	10	252.652	257.501
		558.832	561.803
Total do passivo		559.596	580.056
Total do capital próprio e do passivo		3.849.121	4.792.701

A Contabilista Certificada,

Sofia Cavadas

O Conselho de Administração,



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	16	530.058	2.171.018
Subsídios à exploração	3.11	1.744	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(1.132)	(72)
Fornecimentos e serviços externos	17	(596.608)	(719.091)
Gastos com o pessoal	18	(742.841)	(703.966)
Imparidade de dívidas a receber (aumentos/ reduções)	3.15.3 e 7	(40.567)	24.600
Outros rendimentos	19	239.832	579.377
Outros gastos	20	(41.625)	(37.076)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(651.139)	1.314.789
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	4	(210.428)	(222.103)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(861.567)	1.092.686
Juros e rendimentos similares obtidos	21	829	1.709
Juros e gastos similares suportados	21	(665)	(2.757)
Resultados antes de impostos		(861.403)	1.091.637
Imposto sobre o rendimento do período	3.9 e 22	-	-
Resultado líquido do período		(861.403)	1.091.637

A Contabilista Certificada,

Sofia Cavadas

O Conselho de Administração,

[Handwritten signatures]

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Unidade Monetária: euros

	Notas	Capital Próprio atribuído aos associados				Total do Capital Próprio
		Reservas – Doações e Mecenato	Resultados transitados	Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
A 1 de Janeiro de 2019		320.461	1.565.310	250.282	1.072.891	3.208.944
Alterações no período						
Subsídios ao investimento recebidos		-	-	-	-	-
Reconhecimento do subsídio ao investimento		-	-	(90.108)	-	(90.108)
Aumentos		2.173	-	-	-	2.173
Aplicação de resultados		-	1.072.891	-	(1.072.891)	-
		2.173	1.072.891	(90.108)	(1.072.891)	(87.935)
Resultado líquido do período		-	-	-	1.091.637	1.091.637
Resultado integral		-	-	-	1.091.637	1.091.637
A 31 de Dezembro de 2019		322.634	2.638.201	160.174	1.091.637	4.212.646
A 1 de Janeiro de 2020		322.634	2.638.201	160.174	1.091.637	4.212.646
Alterações no período						
Subsídios ao investimento recebidos		-	-	-	-	-
Reconhecimento do subsídio ao investimento		-	-	(62.268)	-	(62.268)
Aumentos		550	-	-	-	550
Aplicação de resultados		-	1.091.637	-	(1.091.637)	-
		550	1.091.637	(62.268)	(1.091.637)	(61.718)
Resultado líquido do período		-	-	-	(861.403)	(861.403)
Resultado integral		-	-	-	(861.403)	(861.403)
A 31 de Dezembro de 2020	12	323.184	3.729.838	97.906	(861.403)	3.289.525

A Contabilista Certificada,

Sofia Cavadas

O Conselho de Administração,

[Assinaturas]

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	Notas	Períodos	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	3.5 e 7	726.175	2.441.234
Pagamentos a fornecedores	15	647.826	753.039
Pagamentos ao pessoal	18	742.841	703.966
Caixa gerada pelas operações		(664.492)	984.230
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento	8	-	-
Outros recebimentos/ pagamentos	11	204.454	427.531
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		(460.038)	1.411.761
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	3.1 e 4	368.513	225.897
Investimentos financeiros	3.3 e 5	3.251	1.471
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	3.1 e 4	-	-
Investimentos financeiros	3.3 e 5	-	-
Juros, dividendos e outros rendimentos	21	829	1.709
Subsídios ao investimento	19	-	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(370.935)	(225.658)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	3.8, 3.12 e 13	-	-
Outras operações de financiamento	3.6 e 11	-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	3.8, 3.12 e 13	45.805	44.332
Juros e gastos e similares	21	665	2.757
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(46.470)	(47.090)
Variação de caixa e seus equivalentes			
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.6 e 11	3.243.790	2.104.777
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.6 e 11	2.366.347	3.243.790

A Contabilista Certificado,

Sofia Cavadas

O Conselho de Administração

[Handwritten signatures]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Introdução

A Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações (AMTC) foi criada como uma instituição privada sem fins lucrativos, em 21 de fevereiro de 1992.

Em março de 1993 a AMTC foi declarada instituição de utilidade pública.

A 18 de outubro de 1999 foi assinado o auto de cessão do Edifício por parte do Ministério das Finanças à Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações, pelo período de vinte e cinco anos a contar da data de assinatura do auto e renovar-se-á por sucessivos e iguais períodos de dez anos se qualquer uma das outorgantes não notificar a outra da vontade de não renovação, por escrito e com antecedência não inferior a três anos relativamente ao termos do prazo ou sua renovação.

Em 14 de dezembro de 2000 foi inaugurado oficialmente o Museu dos Transportes e Comunicações.

A Associação tem como fim:

- a) a criação e manutenção de um Museu de Transportes e Comunicações, composto por coleções ou peças próprias ou que lhe sejam confiadas em depósito;
- b) a preservação de infraestruturas de reconhecido interesse histórico, relacionadas com os transportes e comunicações;
- c) a criação e manutenção de um centro de documentação sobre transportes e comunicações;
- d) o desenvolvimento por todas as formas do interesse do público quanto à problemática dos transportes e das comunicações.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 10 de maio de 2021.

É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da AMTC, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Sofia Cavada

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, em vigor à data de 31 de dezembro de 2020 tendo por base o princípio do custo histórico.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Não se verificaram alterações de procedimentos das políticas contabilísticas pelo que as Demonstrações Financeiras são no seu todo comparável às do exercício anterior.

Sofia Cavadas

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a AMTC continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Se existir essa necessidade, as demonstrações financeiras podem ter de ser preparadas segundo um regime diferente, e se assim for, o regime usado será divulgado. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime de acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a Estrutura Concetual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados.

Sofia Cavada

 8

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações da AMTC, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) A razão para a reclassificação.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para NCRF e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Vidas úteis</u>
Equipamento Básico	4 a 20 anos
Equipamento de Transporte	4 anos
Equipamento Administrativo	1 a 10 anos
Outras Ativos Fixos Tangíveis	1 a 10 anos

Refira-se que todos os itens do ativo fixo tangível associados ao Edifício e sua recuperação encontram-se a ser depreciados de acordo com o período remanescente consagrado no auto de cessão do Edifício celebrado com o Ministério das Finanças em 19 de outubro de 1999, com um período de vigência de 25 anos.

Sofia Cavada

9
AA
[Handwritten signatures]

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário, registada uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos Resultados.

3.2. Doações recebidas

Os bens recebidos pela Associação a título gratuito são registados no capital próprio, na rubrica de "Reservas – doações" pelo valor de mercado na data da doação. Estes valores não são passíveis de distribuição.

De modo a que seja possível a contabilidade espelhar de um modo verdadeiro e apropriado a natureza destes bens, esta rubrica encontra-se desagregada em: "Reservas de doação – Espólio", "Reservas de doação – Títulos", "Reservas de doação – Outros" e "Reservas de mecenato".

No encerramento das contas de 2020, a AMTC apresenta os seguintes valores:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Reservas	323.184	322.634
Reservas de doação:		
Reservas de doação – Espólio	306.421	305.871
Reservas de doação – Títulos	9.590	9.590
Reservas de doação – Outros	2.173	2.173
Reservas de Mecenato:	5.000	5.000

Sofia Carvalos

3.3. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na Demonstração dos Resultados.

A AMTC classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A AMTC avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, reconhecerá uma perda por imparidade na Demonstração dos Resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados – incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitante a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
- ii) Empréstimos concedidos e contas a receber – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;

Sofia Carvalos

 11

iii) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a AMTC se compromete a comprar ou a vender o ativo.

3.4. Inventários

Os inventários são valorizados ao custo de aquisição. Os inventários referem-se, essencialmente, a artigos de *merchandising* alusivos ao Edifício da Alfândega Nova do Porto, ao Museu dos Transportes e Comunicações e ao Centro de Congressos da autoria da *designer* Eugénia da Silva Cunha.

Desde a sua abertura que se tem verificado um reduzido volume de vendas, no entanto, em 2020 foi promovido um maior dinamismo da loja do Museu, nomeadamente via *on-line*, com diversas campanhas promocionais. Por uma questão de prudência contabilística, tal como vem prevista na Estrutura Concetual do Sistema de Normalização Contabilística, registou-se no ano de 2011 uma imparidade pelo valor da totalidade do inventário. A mesma poderá ser revertida no futuro caso o Conselho de Administração considere que os fundamentos e pressupostos da mesma se tenham alterado.

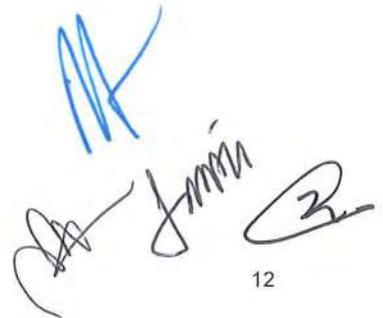
Em agosto de 2010, um Contrato de Depósito e Compra e Venda à Consignação com o Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, IP através do qual, passamos a comercializar no nosso espaço designado por “loja” produtos relacionados com o “Vinho do Porto”.

Em setembro de 2011 foi celebrado um Protocolo de Colaboração com a Secretaria-Geral da Presidência da República no âmbito do núcleo expositivo do Museu dos Transportes e Comunicações dedicado aos carros dos Presidentes da República, denominado “O Motor da República – Os carros dos Presidentes”, onde se encontra à venda o catálogo da exposição no regime das vendas à consignação.

Para além destes produtos temos ainda catálogos, canetas, lápis, porta-chaves, suporte de lápis e outros artigos.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

Sofia Cavadas



3.5. Clientes e outros créditos a receber

As rubricas de clientes e outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos Resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados (na mesma rubrica), caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e seus equivalentes incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo.

3.7. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na Demonstração dos Resultados.

A AMTC classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Sofia Carado

13

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração dos Resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a AMTC possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.9. Imposto sobre o rendimento

A AMTC encontra-se isenta de IRC e imposto do selo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

O Conselho de Administração não considera necessária a constituição de qualquer provisão para esse efeito.

3.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a AMTC tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AMTC divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

Sofia Carvalh



14

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.11. Subsídios e apoios do Governo

A AMTC reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Outras variações no capital próprio", sendo subsequentemente creditados na Demonstração dos Resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos Resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.12. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a AMTC detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos Resultados, no período a que dizem respeito

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a AMTC não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a AMTC tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na Demonstração dos Resultados numa base linear, durante o período da locação.

Sofia Carvalh

MA
JMS
R

3.13. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.14. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da AMTC. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

3.15. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AMTC são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.15.1. Provisões

A AMTC analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Est. Carlos



3.15.2. Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

No entanto, e à semelhança do que aconteceu em reservas de doação agrupou-se numa única conta de "Outros Ativos Fixos Tangíveis - Espólio" o valor que a AMTC tem vindo a contabilizar ao longo dos anos dentro desta natureza.

3.15.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AMTC, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à AMTC.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.15.4. Especialização de gastos e rendimentos

A AMTC faz uma real estimativa dos encargos a suportar com férias, subsídio de férias e encargos relativos a 2020 e cuja regularização acontecerá no exercício subsequente.

sof. Cavado



4. Ativos Fixos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram os seguintes:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2019

	<u>Equipamento básico</u>	<u>Equipamento transporte</u>	<u>Equipamento administrativo</u>	<u>Outros ativos fixos</u>	<u>Ativos em curso</u>	<u>Total</u>
1 de Janeiro de 2019						
Custo de aquisição	13.348.569	54.655	496.905	3.100.435	133.405	17.133.970
Depreciações acumuladas	(13.008.583)	(19.895)	(491.955)	(2.533.775)	-	(16.054.209)
Valor líquido	339.986	34.760	4.950	566.660	133.405	1.079.761
31 de Dezembro de 2019						
Adições	13.402	-	5.211	14.458	97.008	130.079
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	211.962	-	-	-	(211.962)	-
Depreciação - exercício	(115.442)	(12.756)	(5.773)	(88.132)	-	(222.103)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-
Depreciação transf. e abates	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	109.922	(12.756)	(562)	(73.674)	(114.954)	(92.024)
31 de Dezembro de 2019						
Custo de aquisição	13.573.933	54.655	502.116	3.114.893	18.451	17.264.048
Depreciações acumuladas	(13.124.025)	(32.651)	(497.728)	(2.621.907)	-	(16.276.311)
Valor líquido	449.908	22.004	4.388	492.986	18.451	987.737

Sobre o cargo

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os movimentos registrados em rubricas do ativo fixo tangível foram os seguintes:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2020

	<u>Equipamento básico</u>	<u>Equipamento transporte</u>	<u>Equipamento administrativo</u>	<u>Outros ativos fixos</u>	<u>Ativos em curso</u>	<u>Total</u>
1 de Janeiro de 2020						
Custo de aquisição	13.573.933	54.655	502.116	3.114.893	18.451	17.264.048
Depreciações acumuladas	<u>(13.124.025)</u>	<u>(32.651)</u>	<u>(497.728)</u>	<u>(2.621.907)</u>	-	<u>(16.276.311)</u>
Valor líquido	<u>449.908</u>	<u>22.004</u>	<u>4.388</u>	<u>492.986</u>	<u>18.451</u>	<u>987.737</u>
31 de Dezembro de 2020						
Adições	6.490	-	15.881	19.890	266.827	309.088
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	148.710	-	-	-	(148.710)	-
Depreciação - exercício	(95.965)	(12.756)	(8.129)	(93.578)	-	(210.428)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-
Depreciação transf. e abates	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	<u>59.235</u>	<u>(12.756)</u>	<u>7.752</u>	<u>(73.688)</u>	<u>118.117</u>	<u>98.660</u>
31 de Dezembro de 2020						
Custo de aquisição	13.729.133	54.655	517.997	3.134.783	136.568	17.573.136
Depreciações acumuladas	<u>(13.219.990)</u>	<u>(45.407)</u>	<u>(505.857)</u>	<u>(2.715.485)</u>	-	<u>(16.486.739)</u>
Valor líquido	<u>509.143</u>	<u>9.248</u>	<u>12.140</u>	<u>419.298</u>	<u>136.568</u>	<u>1.086.397</u>

SOTA Carros

MA
Jmmtu
R

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

Nesta rubrica encontram-se registados os seguintes bens adquiridos em regime de locação financeira:

	2020		2019	
	Valor bruto	Am Acum	Valor bruto	Am Acum
Equipamento de Transporte	36.990	27.744	36.990	18.496
	36.990	27.744	36.990	18.496

5. Outros ativos financeiros

Estes ativos são constituídos por valores mobiliários que representam direitos sobre ativos reais, isto é, rubrica destinada à apresentação das quantias de ativos classificáveis como financeiros nos termos da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros e com caráter não corrente e que não sejam incluídas noutras rubricas do ativo não corrente.

A 31 de dezembro de 2020, a AMTC reconhece nesta rubrica o valor de 3.751 euros referentes à subscrição de 100 títulos de capital do Crédito Agrícola no valor de 500 euros. O restante valor no montante de 3.251 euros corresponde ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

6. Inventários

Os inventários da AMTC, por critérios de prudência, têm o valor zero na sequência da imparidade feita em 2011 e são constituídos por material à venda na loja. Nos casos em que isso aconteça é feita a correspondente regularização do seu valor. Em 2017, houve um ajuste face às reais existências físicas, não se tendo registado quaisquer alterações desde então.

Assim, o detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 está discriminado de acordo com a seguinte tabela:

	2020	2019
Mercadorias	17.862	18.966
Ajustamentos a inventários (imparidade)	(17.862)	(17.862)
Total inventários	-	1.104

Sofia Carvalhos

7. Clientes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

Descrição	2020	2019
Clientes	141.603	382.826
Clientes cobrança duvidosa	40.567	-
Perdas por imparidade acumuladas	(40.567)	-
Total saldo Clientes - correntes	141.603	382.826

Nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes da cedência de espaços e comissões devidas sobre serviços de *catering* e audiovisuais prestados no âmbito da atividade normal do Centro de Congressos.

Em 2020, por força das medidas impostas pelo Governo e consequentes Estados de Emergência decretados, este setor diminuiu drasticamente a sua receita e por isso mesmo a capacidade de cumprimento das obrigações de muitas empresas foi afetada. Assim sendo, a AMTC considerou prudente a constituição de perdas por imparidade no valor de 40.567 euros.

8. Estado e outros entes públicos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os saldos são os seguintes:

	2019		2019	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
IRC – imposto corrente 2008 a 2010	145.934	-	145.934	-
IRC – imposto corrente 2011 a 2013	-	-	-	-
IRS - Retenção na fonte	-	8.990	-	7.935
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	80.631	-	-	42.102
Contribuições p/ seg. social e CGA	-	13.661	-	12.936
	226.565	22.651	145.934	62.973

Sofc Carad

Em fevereiro de 2012, a AMTC procedeu ao pagamento das notas de liquidação de imposto emitidas no seguimento do 2º processo de Execução Fiscal instaurado pelos serviços da Direção Distrital de Finanças do Porto referentes ao triénio 2008/2010 no valor global de 145.933,68 euros, já que os gastos com a emissão das garantias bancárias se tornavam incomportáveis face à atual lei fiscal em vigor. Em agosto de 2016, a AMTC procedeu de igual modo ao pagamento das notas de liquidação de imposto emitidas no seguimento do 3º processo de Execução Fiscal instaurado pelos serviços da Direção Distrital de Finanças do Porto referentes ao triénio 2011/2013 no valor global de 16.486,92 euros.

Em janeiro de 2018, a AMTC foi notificada pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto a informar que, por falta da entrega em tempo útil da procuração nomeando o advogado como gestor de negócio, o processo foi arquivado.

No entanto, o Conselho de Administração continua a entender que este pagamento em nada afeta a capacidade da AMTC de exigir o ressarcimento destes montantes, sendo sua convicção que estes valores lhe serão devolvidos.

Em 2020, foi proferida sentença favorável a 2 destes processos. No entanto, a Autoridade Tributária interpôs recurso nos prazos legais para o efeito.

Na declaração de IVA de dezembro de 2020 foi solicitado o reembolso deste imposto no valor de 80.631,39 euros.

Não existem dívidas em mora a 31 de dezembro de 2020 ao Estado nem à Segurança Social.

No final de 2020, apurou-se um índice de pró-rata definitivo de 98%, tal como em 2019.

Sofia Carvalhos



9. Outros créditos a receber

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a decomposição da rubrica de Outros créditos a receber, é a seguinte:

	2020			2019		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Devedores por acrécimo de rendimentos						
- Subsídios a receber	-	-	-	-	-	-
- Outros	7.798	-	7.798	608	-	608
Outros devedores e credores						
- Outros devedores	-	-	-	530	-	530
Ajustamentos	-	-	-	-	-	-
Outros créditos a receber	7.798	-	7.798	1.138	-	1.138

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

10. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a AMTC tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	2020	2019
Seguros	9.914	8.959
Outros serviços	6.746	19.242
Gastos a reconhecer	16.660	28.201
Faturação antecipada de cedências de espaços	252.652	257.501
Faturação antecipada de outros serviços	-	-
Rendimentos a reconhecer	252.652	257.501

Sota Carad



Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não realizados, como é o caso dos seguros.

Os rendimentos a reconhecer resultam dos contratos negociados com os clientes no âmbito da atividade da AMTC, faturados no ano de 2020 mas cujos eventos apenas se realizarão nos exercícios seguintes.

11. Caixa e depósitos bancários

11.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	952	1.146
Depósitos bancários	<u>2.365.395</u>	<u>3.242.644</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>2.366.347</u>	<u>3.243.790</u>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como se segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Numerário		
- Caixa	<u>952</u>	<u>1.146</u>
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	695.395	832.644
- Depósitos a prazo	<u>1.670.000</u>	<u>2.410.000</u>
	<u>2.365.395</u>	<u>3.242.644</u>
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	<u>2.366.347</u>	<u>3.243.790</u>

Os outros recebimentos/pagamentos apresentados na Demonstração de Fluxos de Caixa referem-se essencialmente a recebimentos/pagamentos de impostos, nomeadamente, Iva, Segurança Social e Retenções na Fonte.

Sofia Cavadas

12. Capital Próprio

12.1. Reservas - Doações

Os bens recebidos pela Associação a título gratuito são registados no capital próprio, na rubrica de "Reservas – doações" pelo valor de mercado na data da doação. Estes valores não são passíveis de distribuição.

12.2. Resultados Transitados

Resultam dos resultados obtidos nos anos anteriores.

12.3. Ajustamentos e outras variações no Capital Próprio

A rubrica "Ajustamentos e outras variações no capital próprio" resulta da contabilização dos subsídios ao investimento de acordo com o reconhecimento da vida útil esperada dos respetivos equipamentos.

13. Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza, no final dos exercícios de 2020 e de 2019, é como se segue:

	2020			2019		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	-	-	-	36.747	-	36.747
Loações financeiras	17.431	764	18.195	9.001	18.253	27.254
	17.431	764	18.195	45.748	18.253	64.001

No decorrer de 2012, a AMTC contraiu um empréstimo de médio e longo prazo (empréstimos-quadro) através do BEI no valor global de 230.000 € para o qual a AMTC teve que apresentar uma garantia bancária através do Crédito Agrícola de igual montante. O último pagamento ocorreu em agosto de 2020.

Sotx (Laredo)

AA
JMTU
25

14. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe da rubrica de outras dívidas a pagar é como se segue:

	2020			2019		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Acréscimos de custos						
Férias, sub.férias e enc.	105.179	-	105.179	103.225	-	103.225
Fornec. de investimento	11.665	-	11.665	-	-	-
Outros acréscimos	10.508	-	10.508	15.217	-	15.217
Outras dívidas a pagar	127.352	-	127.352	118.442	-	118.442

15. Fornecedores

Descrição	2020	2019
Adiantamentos a fornecedores	(327)	(3.405)
Fornecedores correntes	139.072	80.544
Fornecedores	138.745	77.139

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor apresentado em adiantamentos a fornecedores refere-se ao carregamento do contrato pré-ativo da conta da AMTC nos CTT- Correios de Portugal, SA.

Por sua vez, o saldo de fornecedores mais significativo refere-se às obras em curso de recuperação e conservação da grua existente no cais – “A Girafa”.

Sotir Carvalos

16. Vendas e Prestação de serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados é detalhado como se segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Vendas de Produtos		
Mercado interno	511	539
Sub-total	<u>511</u>	<u>539</u>
Prestação de Serviços - Mercado Interno		
Cedências de espaços	510.129	2.112.169
Exploração bar	6.910	19.512
Bilhetes de entrada	8.908	35.197
Quotizações	3.600	3.600
Sub-total	<u>529.547</u>	<u>2.170.478</u>
Vendas e prestações de serviços	<u>530.058</u>	<u>2.171.017</u>

17. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é o seguinte:

		<u>2020</u>	<u>2019</u>
Trabalhos especializados	i)	143.728	153.237
Publicidade e propaganda	ii)	41.891	16.476
Vigilância e segurança		66.527	62.052
Honorários		69.455	75.724
Comissões	iii)	8.353	20.348
Conservação e reparação	iv)	60.612	117.528
Ferramentas e utensílios	v)	19.909	16.443
Material de escritório		3.163	5.279
Eletricidade		76.901	100.650
Combustível		4.933	5.968
Água		8.211	17.625
Deslocações e estadas		756	10.053
Comunicação		20.155	20.544
Seguros		8.643	9.397
Despesas de representação		1.979	3.552
Limpeza, higiene e conforto	vi)	54.349	76.077
Outros		7.043	8.138
Fornecimentos e serviços externos		<u>596.608</u>	<u>719.091</u>

Sota Cevad

MA
Jmiza
D

i) **Trabalhos especializados:** representam os serviços prestados por terceiros indispensáveis ao normal funcionamento da AMTC. Este montante inclui 8.476 euros diretamente relacionado com a Covid-19, referentes a sinalética e a duas certificações Covid Safe da APCER.

ii) Existe a preocupação de se continuar a apostar em ações de **publicidade e propaganda** com vista a uma melhoria na divulgação através de meios digitais, tais como, Página Web do Museu e do Centro de Congressos, *Facebook*, *Weblog*, *Twitter* e outros em detrimentos dos meios tradicionais.

iii) O valor a título de "**comissões**" pagas a empresas organizadoras de eventos apresenta uma forte diminuição face ao valor registado no ano anterior resultante da natureza da angariação dos eventos realizados.

iv) Os gastos com **conservação e reparação**, apesar de terem diminuído face a 2019, continuam a ter relevância, dada a natureza e dimensão do Edifício.

v) **Ferramentas e utensílios:** foram gastos 2.732 euros em Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) como máscaras, luvas e viseiras.

vi) **Limpeza, higiene e conforto:** com a COVID-19 foram gastos 6.346 euros específicos na limpeza e desinfeção do Edifício.

18. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2020 e 2019, foram os seguintes:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remunerações Pessoal	599.380	574.231
Encargos sociais		
Segurança Social	123.770	110.701
CGA	11.207	11.251
Seg. Acidentes de trabalho	4.706	3.236
Outros gastos com pessoal	<u>3.778</u>	<u>4.547</u>
Gastos com o pessoal	<u>742.841</u>	<u>703.966</u>

Sota Carvalos

O número médio de funcionários em 2020 foi de 26 (2019: 26).

A remuneração do Revisor Oficial de Contas, membro do conselho fiscal, ascendeu a 5.500 euros.

19. Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Rendimentos suplementares	29.532	53.746
Comissões recebidas	i) 130.070	376.209
Prémio de parceria	ii) 12.933	50.000
Imputação de subsídios ao investimento	iii) 62.267	93.882
Regularizações da taxa do Iva pro-rata	1.817	1.661
Sinistros	-	2.253
Alienações ativos fixos tangíveis	-	-
Outros	3.213	1.626
	<u>239.832</u>	<u>579.377</u>

i) Rendimento obtido, na sua maioria, sobre os serviços de audiovisuais e *catering* angariados pelo Centro de Congressos.

ii) Rendimento recebido dos parceiros de *catering* como contrapartida de angariação de clientes. Em 2020, por força da pandemia foi faturado apenas o 1º trimestre do ano.

iii) Rendimento reconhecido pela depreciação dos subsídios ao investimento não reembolsáveis reconhecidos no Capital Próprio.

<u>Subsídio ao investimento</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	-	-
Imputação de subsídios a resultados	62.267	93.882
Reembolso de subsídios	-	-
Saldo final	<u>62.267</u>	<u>93.882</u>

sof caros

20. Outros gastos

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

		<u>2020</u>	<u>2019</u>
Impostos	i)	7.903	1.600
Donativos	ii)	23.805	-
Quotizações	iii)	9.743	10.872
Regularizações da taxa do Iva pro-rata		-	-
Dívidas incobráveis		173	24.600
Outros		1	4
		<u>41.625</u>	<u>37.076</u>

i) O aumento dos impostos verificados em 2020, devem-se às licenças camarárias para autorização de realização de obras e ainda um valor pago de segurança social referente aos trabalhadores independentes.

ii) Foi efetuado um donativo de bens alimentares essenciais ao Banco Alimentar.

iii) No seguimento da situação pandémica COVID-19, o valor das quotizações em 2020 é inferior ao ano transato dada a dispensa parcial de uma das quotas.

21. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2020 e 2019 é como se segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Gastos financeiros		
Juros pagos	<u>665</u>	<u>2.757</u>
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	<u>829</u>	<u>1.709</u>
	<u>164</u>	<u>(1.048)</u>

22. Imposto do exercício

A Administração Fiscal questionou a Associação relativamente à isenção ou não de IRC nas receitas provenientes do Centro de Congressos e da exploração do Bar. De forma a esclarecer esta questão o Conselho de Administração decidiu solicitar em Janeiro de 2009, um esclarecimento ao Diretor Geral dos Impostos sobre a interpretação da concessão do benefício de IRC.

Sofia Carado

MA
M
Amia
30

No dia 11 de fevereiro de 2009 deu início uma ação inspetiva por parte dos Serviços de Inspeção Tributária da Direção de Finanças do Porto relativa aos exercícios de 2005, 2006 e 2007, tendo originado um Projeto de Relatório da Inspeção Tributária, datado de 16 de novembro de 2009, nos termos do artigo 60º da Lei Geral Tributária (LGT) e artigo 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária (RCPIT) alegando uma correção técnica ao lucro tributável dos 3 exercícios.

A Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações, nos termos da faculdade concedida pelo artigo 60ª da LGT exerceu o seu direito de audição, manifestando o seu repúdio pelas conclusões vertidas no projeto de relatório da inspeção por não ter sido tomado em consideração a totalidade dos dados fáticos que envolvem a sua atividade.

No dia 07 de dezembro de 2009, é rececionado pelos serviços da AMTC o Relatório de Inspeção Tributária nos termos do artigo 77º da LGT e artigo 62º RCPIT) onde os serviços da Direção de Finanças do Porto decidem manter as correções técnicas propostas no projeto de relatório, tendo originado Notas de Liquidação de IRC, acrescido de juros compensatórios no valor global de 48.532 euros. Porém, no dia 22 de janeiro de 2010, a AMTC recebeu o despacho do Senhor Subdiretor-Geral datado de 26 de novembro de 2009, no qual é dito que "...os rendimentos prediais obtidos pela Associação com a cedência de espaços e respetivo mobiliário estão isentos de IRC".

No dia 08 de abril foi entregue na 2ª Repartição de Finanças do Porto a Reclamação Graciosa relativa ao processo de Execução Fiscal sobre liquidação de IRC dos exercícios 2005, 2006 e 2007 juntamente com uma garantia bancária emitida pelo BPI no montante de 59.963 euros.

Em novembro de 2010, procedeu-se à impugnação judicialmente.

No dia 07 de julho de 2011 deu início uma nova ação inspetiva por parte dos Serviços de Inspeção Tributária da Direção de Finanças do Porto relativa aos exercícios de 2008, 2009 e 2010, tendo originado um Projeto de Relatório da Inspeção Tributária, datado de 23 de setembro de 2011, nos termos do artigo 60º da Lei Geral Tributária (LGT) e artigo 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária (RCPIT) alegando uma correção técnica ao lucro tributável dos 3 exercícios.

A Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações, e à semelhança da 1ª inspeção, nos termos da faculdade concedida pelo artigo 60ª da LGT exerceu o seu direito de audição, manifestando o seu repúdio pelas conclusões vertidas no projeto de relatório da inspeção por não ter sido tomado em consideração a totalidade dos dados fáticos que envolvem a sua atividade.

Em janeiro de 2018, a AMTC é notificada pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, a informar que a nossa impugnação referente ao processo de fiscalização dos exercícios de 2011 a 2013 foi arquivado porque, não foi entregue pelo advogado em tempo útil, a procuração a testando a sua qualidade para agir como gestor de negócios

Sofia Carvalos

MA
Ami
M
R

O Conselho de Administração entende que lhe assiste razão, tendo efetuado impugnação judicial desta notificação, se necessário, continuando a não considerar necessária a constituição de qualquer provisão para este efeito.

Referimos que no dia 06 de fevereiro de 2012, a AMTC procedeu ao pagamento dos montantes relativos ao 2º processo de Execução Fiscal no valor global de 145.933,68 euros, já que os gastos com a emissão das garantias bancárias se tornavam in comportáveis face à atual lei fiscal em vigor.

Por sua vez, no dia 25 de fevereiro de 2016 iniciou-se a 3ª ação inspetiva por parte dos Serviços de Inspeção Tributária da Direção de Finanças do Porto relativa aos exercícios de 2011, 2012 e 2013, tendo originado um Projeto de Relatório da Inspeção Tributária, datado de 17 de maio de 2017, nos termos do artigo 60º da Lei Geral Tributária (LGT) e artigo 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária (RCPIT) alegando uma correção técnica ao lucro tributável dos 3 exercícios.

Há semelhança dos anos anteriores e apesar do Conselho de Administração entender que lhe assiste razão, pagou a nota de cobrança respetiva no valor 16.486,92 € e efetuou a impugnação judicial no dia 24 de novembro de 2016.

Em janeiro de 2018, a AMTC foi notificada pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, a informar que a nossa impugnação referente ao processo de fiscalização dos exercícios de 2011 a 2013 foi arquivado porque, apesar de notificado, o advogado não entregou em tempo útil, a procuração atestando a sua qualidade para agir a título de gestor de negócios

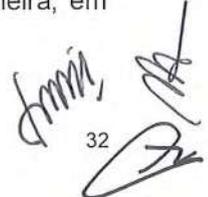
Assim, e relativamente ao 1º processo com o nº 12/11.9BEPRT, referente às liquidações de IRC de 2005, 2006 e 2007 no valor de € 48.531,75, foi proferida a sentença em Outubro de 2020 e que julgou a impugnação totalmente procedente, anulando as liquidações de IRC em causa. Porém, foi interposto recurso por parte da AT para o Tribunal Central Administrativo Norte, que ainda não foi objeto de admissão formal e conseqüente envio para apreciação nessa sede. Por força do disposto no artigo 183º-B do C.P.P.T., foi cancelada a garantia bancária prestada pela AMTC para suspensão do processo de execução fiscal relativo a estas dívidas, no valor de € 59.963,00 emitida em 05.04.2010.

Relativamente ao 2º processo com o nº 778/12.9BEPRT, referente às liquidações de IRC relativas aos exercícios de 2008, 2009 e 2010 e no valor de € 145.933,68, foi também proferida sentença, em Agosto de 2020, que julgou a impugnação totalmente procedente e anulando as liquidações de IRC em causa, da qual foi interposto recurso por parte da AT para o Tribunal Central Administrativo Norte, para o qual foi remetido o processo em Novembro de 2020;

Em paralelo e com respeito ao exercício de 2013, igualmente alvo de ação de inspeção tributária incidente sobre a mesma questão de fundo, foi apresentado à Autoridade Tributária e Aduaneira, em

Sofia Carvalhos

32



Julho de 2019, um pedido de revisão oficiosa da liquidação de IRC emitida em consequência dessa ação, no valor de € 16.486,92, procedimento que aguarda a emissão de decisão.

No entanto, o Conselho de Administração entende que esta situação em nada afeta a recuperação futura destas verbas, tendo sido já feitas diligências nesse sentido.

A AMTC não registou qualquer valor relativo a imposto diferido ativo resultante dos prejuízos por considerar que se encontra isenta de IRC.

23. Partes relacionadas

A AMTC tem diferentes categorias de Associados: efetivos, institucionais, promotores e honorários, tal como vem previsto no artigo 4º dos seus Estatutos, os órgãos sociais desta Associação, com exceção do Revisor Oficial de Contas, são nomeados pelos associados. Assim, a Assembleia Geral, o Conselho Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal são considerados como partes relacionadas da AMTC.

A AMTC, nos exercícios de 2020 e 2019, teve transações (sem iva) e saldos com as seguintes entidades relacionadas:

Partes relacionadas:	NIF:	Transações		Saldos devedores a 31 de Dezembro	
		2020	2019	2020	2019
IPATIMUP	502 246 308	-	4.552	-	-
Confraria do Vinho do Porto	501 941 460	-	6.912	-	-
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	600 076 300	1.450	234	-	-
Douro Azul, Sociedade Marítimo- Turística, S.A.	503 416 436	10.731	11.831	2.460	1.230
Autoridade Tributária e Aduaneira	600 084 779	5.855	6.680	777	946
Universidade do Porto	501 413 197	-	4.580	-	-
The Fladgate Partnership Vinhos S.A.	503 818 127	900	30.488	-	-
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	500 498 601	-	38	-	-
Out of the Wall, S.A.	514 268 220	-	43.333	-	-
Câmara Municipal do Porto	501 306 099	34.240	122.754	-	-
MysticInvest Holding, S.A.	514 310 286	-	2.400	-	2.952

Sofia Carado

AA AK Jmili
33

24. Eventos subsequentes

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

25. Informação adicional COVID-19

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou de pandemia mundial provocada pelo vírus COVID-19. O Estado português por sua vez em 18 de março de 2020 declarou o Estado de Emergência em Portugal, pela primeira vez desde de 25 Abril de 1974, impondo restrições das liberdades e garantias dos cidadãos.

No quadro da contingência provocada pelo COVID-19, a AMTC foi obrigada a tomar um conjunto de medidas operacionais para sustentar a sua atividade e garantir os melhores níveis de segurança aos seus clientes e colaboradores. Essas medidas foram começando a ser implementadas em março de 2020. À medida que se desenrolou o quadro pandémico, a AMTC foi ajustando o seu plano e tomando as medidas adequadas às circunstâncias, com a convicção da continuidade da atividade da AMTC.

Após uma análise da situação, conclui-se que a pandemia traduziu-se numa forte redução da atividade, com efeitos em 2020 e com reflexos no ano de 2021. O aumento exponencial, desde o início do ano de 2021, do número de casos positivos de COVID-19, obrigou o governo a endurecer as medidas adotadas para travar a progressão do vírus e, no dia 15 de janeiro, Portugal entrou em confinamento. Assim, das medidas societárias relevantes de proteção da entidade e defesa da continuidade importa assinalar o regime de *lay off* simplificado de 14 colaboradores afetos ao negócio durante os meses de janeiro e fevereiro de 2021, assim como a suspensão do pagamento das contribuições para a segurança social.

No decorrer de 2021, e por força das razões anteriormente explicadas, a AMTC reconhece que as medidas adotadas tiveram em consideração a melhor informação disponível nesta data, havendo um quadro de incerteza associado à evolução futura que dependerá dos efeitos da pandemia na economia, no entanto o Conselho de Administração tem a forte convicção que não afetará a manutenção da AMTC em continuidade.

Porto, 10 de maio de 2021.

A Contabilista Certificada,



O Conselho de Administração,



34

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de “Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações” (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total 3.849.121 euros e um total de capital próprio de 3.289.525 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 861.403 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todo os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Tal como descrito no Relatório de Gestão e na nota 25 do Anexo, a atividade da Entidade foi e é fortemente impactada pelo contexto de pandemia mundial provocada pelo Covid-19, o Conselho de Administração adotou medidas, redefiniu estratégias e desenvolveu iniciativas que, na sua opinião convicta, respondem aos potenciais efeitos da atual conjuntura sobre a atividade operacional e o património não colocando em causa a continuidade das operações da Entidade.

Tal como descrito nas notas 8 e 22 do Anexo, no decurso do exercício de 2020, foram proferidas sentenças favoráveis à Entidade nos diferendos que a opõem à Autoridade Tributária e Aduaneira, relativo a IRC dos exercícios de 2005 a 2010, no montante agregado de 194.466 euros. Apesar disso, a oponente interpôs recurso das decisões para o Tribunal Central Administrativo Norte, aguardando-se o resultado dessa iniciativa, o Conselho de Administração reforça a sua convicção no desfecho final favorável à Entidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 10 de maio de 2021



Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos
R.D.C. n.º 1314 – ROC Executor
Registo na CMVM n.º 20160924



António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada pelo Sócio-Administrador
Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. n.º 177
Registo na CMVM n.º 20160037



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

Em conformidade com o preceituado na Lei e o mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e emitir o seu parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que foram preparados e lhes foram disponibilizados para apreciação pelo Conselho de Administração da "ASSOCIAÇÃO PARA O MUSEU DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES" (Associação).

Ao longo do exercício, acompanhámos a atividade da Associação, especialmente através da verificação dos registos contabilísticos, documentação de suporte e da consulta e análise de outra documentação, no sentido de apreciar o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. Realizámos ainda testes e outros procedimentos relativamente aos bens e valores da Associação, mantendo o contacto com o Conselho de Administração e com os demais Serviços, tendo sido solicitados e obtidos todos os esclarecimentos e informações que consideramos necessários.

Infelizmente, devido aos efeitos sobre atividade da Associação da pandemia de COVID-19 que a todos afeta, o exercício de 2020 encerrou com um resultado negativo contrariando a tendência para consistentes resultados positivos que a Associação tinha vindo a registar nos últimos exercícios e a que se espera regressar num futuro próximo.

A Associação, apesar da situação de pandemia, manteve sempre a atividade, respeitando escrupulosamente as recomendações da Direção Geral da Saúde e não recorreu a quaisquer medidas excecionais de apoio disponibilizadas pelo Estado, privilegiando o bem-estar dos seus colaboradores utilizando parte das salvaguardas financeiras disponíveis.

Face à excecionalidade do exercício, a Associação redefiniu estratégias de gestão, assegurou contactos com as Entidades que foram forçadas a redefinir datas para a realização de eventos, promoveu a realização de obras de manutenção e adaptação dos espaços do Edifício, entre muitas outras medidas que assegurarão, num futuro que se espera muito próximo o retorno à normalidade da exploração quer do Centro de Congressos quer da Unidade Museológica.



O Conselho Fiscal, no âmbito das suas funções, examinou as Demonstrações Financeiras compostas pelo Balanço, Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das alterações nos Capitais Próprios, dos Fluxos de Caixa e Anexo, concluindo que a Associação utilizou políticas contabilísticas e aplicou critérios de valorimetria que determinaram uma correta avaliação do património e dos resultados e que os mesmos se enquadram dentro das normas legais e estatutárias, pelo que concorda com as contas.

Procedemos ainda à apreciação do Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 preparado pelo Conselho de Administração e do Relatório de Auditoria, sem reservas, mas com uma ênfase relacionada com um diferendo com a Autoridade Tributária, preparado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, membro deste órgão social, os quais mereceram o acordo do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal expressa o seu reconhecimento ao Conselho de Administração e demais colaboradores da Associação pela disponibilidade e colaboração no desempenho das suas funções.

Nestes termos, somos de Parecer:

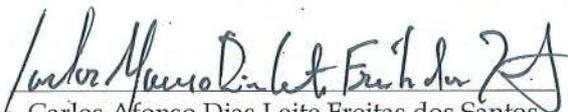
- 1.º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício de 2020;
- 2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão.

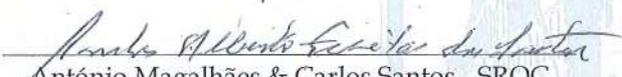
Porto, 19 de maio de 2021

O CONSELHO FISCAL


Albino Jorge da Sousa e Silva - Presidente


José Paulo Jesus Ferreira - Vogal
em representação da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.


Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos
R.O.C. n.º.1314 - ROC Executor.
Registo na CMVM n.º.20160924


António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada pelo Sócio-Administrador
Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. n.º.177
Registo na CMVM n.º.20160037



